

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Anual – Exercício Financeiro: 2021

**Coordenação de Contabilidade e Custos –
CCONT/GGGAF/Diretor Presidente/ANVISA**

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br>

Brasília - DF.



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Composição em 31/12/2021

Diretor-Presidente

Antonio Barra Torres

Adjunto: Juvenal de Souza Brasil Neto

Segunda Diretoria

Diretora: Meiruze Sousa Freitas

Adjunto: Patrícia Oliveira Pereira Tagliari

Terceira Diretoria

Diretora: Cristiane Rose Jourdan Gomes

Adjunto: Fabiana Barini Rodrigues Alves

Quarta Diretoria

Diretor: Rômison Rodrigues Mota

Adjunto: Suzana Yumi Fujimoto

Quinta Diretoria

Diretor: Alex Machado Campos

Adjunto: Daniela Marreco Cerqueira

Chefe de Gabinete do Diretor Presidente

Karin Schuck Hemesath Mendes

Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira - GGGAF

Gerente-Geral: Frederico Augusto de Abreu Fernandes

Ordenador de Despesas

Coordenação de Contabilidade e Custos – CCONT

Coordenador: Hélio Mário Alves de Araujo

Contador Responsável - **CRC-DF 010736/0-4**

Equipe Técnica (Contadores):

Daniele Furtado de Carvalho Moraes (Coordenadora-Substituta)

CRC-DF023027/O-4

Raquel Soares Avila – CRC RS 62427/O-6 T DF

Jaciara Roque de Araújo Cândido – CRC DF 015976/O-3

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br>

SUMÁRIO

Informações Gerais	7
Siglário.....	8
Demonstrações Contábeis.....	9
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Patrimonial Líquido - DMPL.....	10
Quadros Auxiliares do Balanço Patrimonial	10
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP	11
Balanço Financeiro.....	13
Demonstrativos de Fluxo de Caixa	14
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	15
2. Identificação da Anvisa no Balanço Geral da União (BGU).....	15
Tabela 01 – Listas de Unidades Gestoras – Órgão 36212 – Anvisa	16
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	17
Tabela 02 – Índices de Depreciação	19
Notas Explicativas Específicas aos Itens do Balanço Patrimonial.....	24
Balanço Patrimonial.....	24
Tabela 03 - Formação do Ativo	24
Gráfico 01 – Formação do Ativo	25
Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	25
Tabela 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição – R\$ 1,00	25
Nota 2 - Créditos a Receber a Curto Prazo.....	26
Tabela 5 – Créditos a Receber a Curto Prazo – Composição– R\$ 1,00	26
Nota 3 – Ativo Realizável a Longo Prazo	28
Tabela 7 – Realizável a Longo Prazo – Composição– R\$ 1,00.....	28
Nota 4 - Imobilizado	29
Tabela 8 – Imobilizado – Composição– R\$ 1,00.....	30
Tabela 9 – Distribuição de Imóveis por UG	31
Nota 5 - Intangível	32
Formação do Passivo Exigível.....	33
Tabela 10 – Formação do Passivo Exigível.....	33
Gráfico 02 – Formação do Passível Exigível:	33
Nota 6 - Obrigações Trabalhistas – Curto Prazo	34
Tabela 11 - Obrigações Trabalhistas – Curto Prazo	34
Nota 7 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	34
Tabela 12 – Fornecedores a Pagar - Composição– R\$ 1,00	34
Nota 8 – Provisões a Curto Prazo:.....	35
Nota 9 - Demais Obrigações de Curto Prazo.....	37
Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição.....	37
Gráfico 03 – Composição de Demais Obrigações – 2021.....	38



Nota 10 – Passivo Não Circulante.....	38
Tabela 14 – Formação do Passivo Não Circulante.....	39
Nota 11 – Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados (DMPL)	39
Tabela 15 -Formação do Patrimônio Líquido	39
Gráfico 04 – Formação do Patrimônio Líquido	39
Nota 12 – Quadro de Compensações:	40
Tabela 16 – Formação dos Atos Potenciais.....	40
Nota 13 – Resultado Financeiro no Balanço Patrimonial:.....	41
Tabela 17 – Resultado Financeiro por Disponibilidade por Fonte.....	41
Gráfico 5: Resultado Financeiro – Balanço Patrimonial	42
Notas Explicativas aos Itens da Demonstração das Variações Patrimoniais	43
Tabela 18 - Formação das Variações Patrimoniais Aumentativas	43
Gráfico 6 - Formação das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	43
Nota 14 – Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS)	44
Nota 15 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	44
Nota 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:	44
Tabela 19 – VPA Financeiras	44
Nota 17 - Transferências e Delegações Recebidas:	44
Tabela 20 - Transferências e Delegações Recebidas	45
Gráfico 7: Transferências Recebidas em R\$ milhões	45
Nota 18 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	46
Tabela 21 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	46
Nota 19 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	46
Tabela 22 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	46
Tabela 23 - VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos.....	47
Gráfico 8 – Outras VPAs	47
Formação das Variações Patrimoniais Diminutivas VPD	48
Tabela 24 – Formação de VPD.....	48
Gráfico 9 – Formação de VPD.....	48
Nota 20 – Pessoal e Encargos.....	49
Tabela 25 – Pessoal e Encargos	49
Nota 21 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	49
Tabela 26 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	49
Nota 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	50
Tabela 27 – Uso de Bens, Serviços e Consumo	50
Nota 23 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	50
Tabela 28 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	50
Nota 24 - Transferências e Delegações Concedidas.....	51
Tabela 29 - Transferências e Delegações Concedidas.....	51
Transferências Intragovernamentais.....	51
Tabela 30 – Transferências Concedidas Independente da Execução Orçamentária	52
Transferências Intergovernamentais	52



Nota 25 – Desvalorização e Perdas do Ativo e Incorporação de Passivos	53
Tabela 31 - Desvalorização e Perdas do Ativo e Incorporação de Passivos.....	53
Nota 26 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	53
Tabela 32 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	53
Nota 27 - Resultado Patrimonial no Período	53
Tabela 33 – Resultado Patrimonial	54
Balanco Orçamentário	55
Nota 28 – Receitas Orçamentárias	55
Gráfico 11 – Receita Líquida Arrecadada.....	55
Tabela 34 – Detalhamento da Receita Arrecadada Líquida	56
Gráfico 12 - Receita Líquida.....	57
Nota 29 – Despesas Orçamentárias	57
Gráfico 13 – Despesas Empenhadas.....	57
Gráfico – 14 – Detalhamento das Despesas Empenhadas	58
Tabela 35 – Detalhamento das Despesas Empenhadas.....	58
Nota 30 – Resultado Orçamentário	61
Tabela 36 – Resultado Orçamentário	61
Gráfico 15 – Resultado Orçamentário	61
Nota 31 - Restos a Pagar	61
Tabela 37 – Saldo a Pagar de RP	62
Balanco Financeiro	63
Nota 32 – Receitas Orçamentárias Realizadas	63
Gráfico 16 – Receitas Realizadas.....	63
Tabela 38 – Detalhamento da Receita Orçamentária Realizada:.....	63
Nota 33 – Recebimentos Extraorçamentários.	64
Tabela 39 – Inscrição de Restos a Pagar.....	65
Resumo Arrecadação de Outra Unidade.....	65
Tabela 40 - Arrecadação da Desvinculação de Receita da União – DRU	66
Tabela 41 - Arrecadação para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)	66
Nota 34 – Despesas Orçamentárias	66
Tabela 42 Detalhamento da Formação das Despesas Orçamentárias Líquidas:	67
Nota 35 – Transferências Financeiras Concedidas.....	68
Tabela 43 - Detalhamento das Transferências Financeiras Concedidas por Fonte	68
Nota 36 – Pagamentos Extraordinários (Execução pelas UGE do Órgão 36212 – Anvisa).....	69
Tabela 44 Pagamentos Extraordinários	69
Nota 37 – Resultado Financeiro	69
Tabela 45 – Apuração do Resultado Financeiro – Composição – R\$ 1,00.....	70
Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	70
Nota 38 - Ingressos Orçamentários	70
Nota 39 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas.....	70
Tabela 45 – Detalhamento de Desembolsos.....	71
Nota 40 -Transferências Intergovernamentais Concedidas:	71



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Tabela 46 – Detalhamento Transferências Concedida	72
Nota 41. Atividades de Investimentos.....	72
Tabela 47 – Detalhamento Desembolso com Investimentos	72
Nota 42 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	72

Informações Gerais

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional.

A Anvisa é uma agência reguladora federal que tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

A Anvisa está presente em todo o território nacional por meio da sua Sede em Brasília/DF e de 27 (vinte e sete) Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (CVPAF), cada uma sendo Unidade Gestora Executora (UGE) cadastrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), salvo a CVPAF/DF, que tem sua execução por meio da UGE vinculada à Sede da Agência. As CVPAFs estão agrupadas em 6 Coordenações Regionais.

Para efeito de identificação no Balanço Geral da União, o Órgão 36212, Anvisa, é formado por 27 Unidades Gestoras Executoras (UGE), sendo uma em cada UF, identificadas por código de UG. A Anvisa SEDE é identificada pelo número 253002, e as CVPAFs são identificadas pelos números de 253004 a 253029. A UG 253003 não pertence à Anvisa, mas sim à ANS.

A Anvisa é dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta de 5 (cinco) membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente. Conta também com um Procurador, um Corregedor, um Auditor-Chefe e um Ouvidor, além de unidades especializadas incumbidas de diferentes funções. Para verificar a composição atual da Diretoria, clique no link a seguir: [Composição da Diretoria Colegiada - Portal Anvisa](#)

A Agência contará, ainda, com um Conselho Consultivo, que deverá ter, no mínimo, representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos produtores, dos comerciantes, da comunidade científica e dos usuários, na forma do regulamento.

A Anvisa coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), definido pela **Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999**, que se encontra vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), e atua de maneira integrada e descentralizada em todo o território nacional.

Quanto ao SNVS, as responsabilidades são compartilhadas entre as três esferas de governo – União, Estados e Municípios, sem relação de subordinação entre elas.

A Anvisa tem seu orçamento integrado ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A principal fonte de Receita da Anvisa é a Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária – TFVS.

Siglário

A.V. = Análise Vertical - ou seja, relação entre o valor parcial e o valor total
A.H. = Análise Horizontal - a relação da diferença entre os anos de 2021 e 2020
AGU: Advocacia-Geral da União
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CASP: Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CCONT/Anvisa: Coordenação de Contabilidade e Custos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CGU: Controladoria-Geral da União
CVPAF: Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados;
DAU: Dívida Ativa da União
DCASP: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MS: Ministério da Saúde
NBCT TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NE ou Nota: Nota Explicativa
OFSS: Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
PGF/AGU: Procuradoria-Geral Federal / Advocacia-Geral da União
SIADS: Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
SOF: Secretaria de Orçamento Federal
SPB: Sistema de Pagamentos Brasileiro;
STN/ME: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Economia
TCE: Tomada de Contas Especial
TCU: Tribunal de Contas da União
TED: Termo de Execução Descentralizada
TFVS: Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
TV.: Transferências Voluntárias
UG: Unidade Gestora
VPA: Variação Patrimonial Aumentativa
VPD: Variação Patrimonial Diminutiva

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

Balço Patrimonial						
Posição de 31/12/2021 em R\$ Reais						
ATIVO	NE	2021	A.V	2020	A.V	A.H. 2021/2020
Ativo Circulante	Nota	93.839.713,92	46,09%	97.596.392,23	47,49%	-3,85%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	67.579.655,97	33,19%	59.962.228,26	29,18%	12,70%
Créditos a Curto Prazo	2	25.282.131,32	12,42%	36.388.938,54	17,71%	-30,52%
Créditos Tributários a Receber		220.320,11	0,11%	206.782,45	0,10%	6,55%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos		59.034.256,96	29,00%	70.396.932,88	34,26%	-16,14%
(-) Ajustes Para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-33.972.445,75	-16,69%	-34.214.776,79	-16,65%	-0,71%
Estoques		962.875,42	0,47%	1.224.111,42	0,60%	-21,34%
VPDs Pagas Antecipadamente		15.051,21	0,01%	21.114,01	0,01%	-28,71%
Ativo Não Circulante		109.746.447,24	53,91%	107.903.715,75	52,51%	1,71%
Realizável a Longo Prazo	3	21.944.707,52	10,78%	22.231.024,50	10,82%	-1,29%
Créditos a Longo Prazo		21.944.707,52	10,78%	22.231.024,50	10,82%	-1,29%
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00%	4.165,44	0,00%	-100,00%
Dívida Ativa Tributária		77.086.443,07	37,86%	73.778.413,87	35,90%	4,48%
Dívida Ativa Não Tributária		168.957.279,10	82,99%	162.452.223,09	79,05%	4,00%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		10.704.976,17	5,26%	12.185.616,14	5,93%	-12,15%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-234.803.990,82	-115,33%	-226.189.394,04	-110,07%	3,81%
Imobilizado	4	39.210.039,35	19,26%	39.969.177,32	19,45%	-1,90%
Bens Móveis - Valor Líquido Contábil		24.460.724,08	12,01%	27.483.286,81	13,37%	-11,00%
Bens Móveis - Valor Bruto		78.728.801,40	38,67%	80.784.742,13	39,31%	-2,54%
Depreciação		-54.268.077,32	-26,66%	-53.301.455,32	-25,94%	1,81%
Bens Imóveis - Valor Líquido Contábil		14.749.315,27	7,24%	12.485.890,51	6,08%	18,13%
Bens Imóveis - Valor Bruto		15.022.296,80	7,38%	12.787.167,90	6,22%	17,48%
Depreciação/Amortização		-272.981,53	-0,13%	-301.277,39	-0,15%	-9,39%
Intangível	5	48.591.700,37	23,87%	45.703.513,93	22,24%	6,32%
TOTAL DO ATIVO		203.586.161,16	100,00%	205.500.107,98	100,00%	-0,93%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2021		2020	A.V	A.H. 2021/2020
Passivo Circulante		80.024.575,05	39,31%	74.806.299,67	36,40%	6,98%
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	6	54.759.633,10	26,90%	52.249.517,17	25,43%	4,80%
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	7	1.485.676,38	0,73%	912.704,89	0,44%	62,78%
Provisões a Curto Prazo	8	2.245.156,66	1,10%		0,00%	0,00%
Demais Obrigações Curto Prazo	9	21.534.108,91	10,58%	21.644.077,61	10,53%	-0,51%
Passivo Não Circulante	10	2.018.404,35	0,99%	0,00	0,00%	0,00%
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Longo Prazo		2.003.399,56	0,98%	0,00	0,00%	0,00%
Demais Obrigações Longo Prazo		15.004,79	0,01%		0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		82.042.979,40	40,30%	74.806.299,67	36,40%	9,67%
Patrimônio Líquido	11	121.543.181,76	59,70%	130.693.808,31	63,60%	-7,00%
Resultado do Exercício		-7.781.082,41	-3,82%	-48.342.932,41	-23,52%	-83,90%
Resultados Acumulados - Exercícios Anteriores		130.693.808,31	64,20%	180.504.369,46	87,84%	-27,60%
Ajustes de Exercícios Anteriores		-1.369.544,14	-0,67%	-1.467.628,74	-0,71%	-6,68%
TOTAL DO PASSIVO + PL		203.586.161,16	100,00%	205.500.107,98	100,00%	-0,93%

Fonte: SIAFI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
	NE 11	R\$ Reais
Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2020	180.504.369,46	180.504.369,46
Ajustes de Exercício Anterior	-1.064.676,20	-1.064.676,20
Constituição/Reversão de Reservas	-402.952,54	-402.952,54
Resultado do Exercício	-48.342.932,41	-48.342.932,41
Saldo Final do Exercício de 2020	130.693.808,31	130.693.808,31
Saldo Inicial do Exercício de 2021	130.693.808,31	130.693.808,31
Ajustes de Exercício Anteriores	-3.661.853,67	-3.661.853,67
Const/Realiz. Reserva de Reavaliação de Ativos	2.292.309,53	2.292.309,53
Resultado do Exercício	-7.781.082,41	-7.781.082,41
Saldo Final do Exercício de 2021	121.543.181,76	121.543.181,76

Fonte: SIAFI

Quadros Auxiliares do Balanço Patrimonial

Quadro de Compensações	NE		12		A.H. 2021/2020
	2021	A.V.	2020	A.V.	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	6.102.006,54	100,00%	6.355.801,94	100,00%	-3,99%
Garantias e Contragarantias Recebidas	6.102.006,54	100,00%	6.355.801,94	100,00%	-3,99%
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos		0,00%		0,00%	
Direitos Contratuais		0,00%		0,00%	
Outros Atos Potenciais		0,00%		0,00%	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	230.772.276,08	100,00%	114.680.718,14	100,00%	101,23%
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Obrigações Conveniadas	21.645.453,59	9,38%	6.235.619,87	5,44%	247,13%
Obrigações Contratuais	209.126.822,49	90,62%	108.445.098,27	94,56%	92,84%

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial		NE		13	
Exercício Financeiro	2021	A.V.	2020	A.V.	A.H. 2021/2020
Destinação de Recursos	-30.491.800,36	100,00%	-30.456.903,86	100,00%	0,11%
Recursos Ordinários	-300.000,00	0,98%	-120.573,71	0,40%	148,81%
Recursos Vinculados	-30.191.800,36	99,02%	-30.336.330,15	99,60%	-0,48%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-974.803,63	3,20%	-359.669,28	1,18%	171,03%
Previdência Social (RPPS)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Recursos Vinculados	-29.216.996,73	95,82%	-29.976.660,87	98,42%	-2,53%

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP - em Reais						
	NE	2021	A.V.	2020	A.V.	A.H. 2021/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		1.361.069.586,19	100,00%	1.323.049.785,77	100,00%	2,87%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14	526.480.334,96	38,68%	526.763.205,78	39,81%	-0,05%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15	17.754,04	0,00%	31.149,95	0,00%	-43,00%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16	2.952.000,60	0,22%	1.559.101,54	0,12%	89,34%
Transferências e Delegações Recebidas	17	773.682.223,02	56,84%	750.319.293,55	56,71%	3,11%
Transferências Intragovernamentais		769.407.150,40	56,53%	748.457.870,16	56,57%	2,80%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.275.072,62	0,31%	1.861.423,39	0,14%	129,67%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	18	10.932.786,06	0,80%	3.866.544,81	0,29%	182,75%
Reavaliação de Ativos		160.252,45	0,01%	99.248,24	0,01%	61,47%
Ganhos com Incorporação de Ativos		8.492.474,85	0,62%	2.056.564,15	0,16%	312,94%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.280.058,76	0,17%	1.710.732,42	0,13%	33,28%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	19	47.004.487,51	3,45%	40.510.490,14	3,06%	16,03%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		5.229.404,92	0,38%	10.461.043,65	0,79%	-50,01%
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas		41.775.082,59	3,07%	30.049.446,49	2,27%	39,02%
Variações Patrimoniais Diminutivas		1.368.850.668,60	100,00%	1.371.392.718,18	100,00%	-0,19%
Pessoal e Encargos	20	460.982.268,52	33,68%	461.941.526,43	33,68%	-0,21%
Remuneração a Pessoal		373.129.440,53	27,26%	375.482.400,43	27,38%	-0,63%
Encargos Patronais		74.729.714,68	5,46%	73.095.673,79	5,33%	2,24%
Benefícios a Pessoal		11.785.346,97	0,86%	11.520.546,88	0,84%	2,30%
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		1.337.766,34	0,10%	1.842.905,33	0,13%	-27,41%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21	167.517.862,02	12,24%	162.522.623,43	11,85%	3,07%
Aposentadoria e Reformas		149.466.455,52	10,92%	147.041.792,64	10,72%	1,65%
Pensões		13.510.846,48	0,99%	10.852.186,62	0,79%	24,50%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.540.560,02	0,33%	4.628.644,17	0,34%	-1,90%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	22	93.019.002,42	6,80%	97.698.325,34	7,12%	-4,79%
Uso de Materiais de Consumo		964.091,56	0,07%	1.509.241,67	0,11%	-36,12%
Serviços de Terceiros		87.548.132,78	6,40%	91.218.829,65	6,65%	-4,02%
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.506.778,08	0,33%	4.970.254,02	0,36%	-9,32%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23	2.914.739,14	0,21%	432.356,92	0,03%	574,15%
Juros e Encargos de Mora		19.498,85	0,00%	1.184,72	0,00%	1545,86%
Variações Monetárias e Cambiais		31,58	0,00%	455,84	0,00%	-93,07%
Descontos Financeiros Concedidos		2.895.208,71	0,21%	430.716,36	0,03%	572,18%
Transferências e Delegações Concedidas	24	603.599.648,50	44,10%	602.336.750,07	43,92%	0,21%
Transferências Intragovernamentais		596.233.826,36	43,56%	598.083.542,05	43,61%	-0,31%
Transferências Intergovernamentais		4.311.381,16	0,31%	327.958,66	0,02%	1214,61%
Transferências ao Exterior		174.416,25	0,01%	150.935,38	0,01%	15,56%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.880.024,73	0,21%	3.774.313,98	0,28%	-23,69%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	25	37.012.769,39	2,70%	44.779.912,37	3,27%	-17,35%
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajustes Perdas		13.731.144,34	1,00%	27.947.431,25	2,04%	-50,87%
Perdas Involuntárias		128.773,69	0,01%	132.312,42	0,01%	-2,67%
Incorporação de Passivos			0,00%	4.396,83	0,00%	-100,00%
Desincorporação de Ativos		23.152.851,36	1,69%	16.695.771,87	1,22%	38,67%
Tributárias		82.245,55	0,01%	66.126,90	0,00%	24,38%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.130,89	0,00%	6.429,89	0,00%	10,90%
Contribuições		75.114,66	0,01%	59.697,01	0,00%	25,83%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26	3.722.133,06	0,27%	1.615.096,72	0,12%	130,46%
Constituição de Provisões		2.245.156,66	0,16%		0,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.476.976,40	0,11%	1.615.096,72	0,12%	-8,55%
Resultado Patrimonial do Período	27	-7.781.082,41		-48.342.932,41		-83,90%

Fonte: SIAFI

Balanco Orçamentário

Balanco Orçamentário - R\$ 1,00							
RECEITAS							
Receitas Orçamentárias	NE		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas*(R.R.)	Saldo	
	28						
Receitas Correntes			359.048.943,00	359.048.943,00	396.888.495,33	37.839.552,33	
Receita Tributária			346.159.253,00	346.159.253,00	368.529.613,93	22.370.360,93	
Receita Patrimonial			504.905,00	504.905,00	2.918.158,69	2.413.253,69	
Receita de Serviços			6.665,00	6.665,00	224,07	-6.440,93	
Outras Receitas Correntes			12.378.120,00	12.378.120,00	25.440.498,64	13.062.378,64	
Receitas de Capital			42.555.948,00	42.555.948,00		-42.555.948,00	
Operações de Crédito			42.555.948,00	42.555.948,00		0,00	
Total (I) - Subtotal de Receitas			401.604.891,00	401.604.891,00	396.888.495,33	-4.716.395,67	
Resultado Orçamentário III = (I - II)	30		DÉFICIT	*(R.R. - D.E.) =	337.219.356,02	337.219.356,02	
Créditos Adicionais			0,00	-56.302.493,00		56.302.493,00	
Créditos Cancelados				-56.302.493,00			
TOTAL - Resultado			401.604.891,00	345.302.398,00	734.107.851,35	332.502.960,35	
DESPESAS							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (D.A.)	Despesas Empenhadas (D.E.)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo (D.A. - D.E.)
	29						
Despesas Correntes		798.514.020,00	750.211.527,00	732.070.616,13	704.621.259,51	663.063.014,10	18.140.910,87
Pessoal e Encargos Sociais		608.267.395,00	617.124.512,00	613.229.878,32	612.730.211,08	572.561.784,22	3.894.633,68
Outras Correntes		190.246.625,00	133.087.015,00	118.840.737,81	91.891.048,43	90.501.229,88	14.246.277,19
Despesas de Capital		185.287.259,00	177.287.259,00	2.037.235,22	472.127,17	472.127,17	175.250.023,78
Investimentos		21.800.000,00	13.800.000,00	2.037.235,22	472.127,17	472.127,17	11.762.764,78
Reserva de Contingência		163.487.259,00	163.487.259,00				163.487.259,00
							0,00
Total Despesas Orçamentárias (II)		983.801.279,00	927.498.786,00	734.107.851,35	705.093.386,68	663.535.141,27	193.390.934,65
Resultado Orçamentário III = (I - II)	-	-					
Total (IV)		983.801.279,00	927.498.786,00	734.107.851,35	705.093.386,68	663.535.141,27	193.390.934,65

Quadro da Execução dos Restos a Pagar

R\$ Reais							
31	Saldo RP Inscritos Exerc. Anteriores (A)	Saldo RP Inscritos 31/12 do Exercício Anterior (B)	Liquidados	Pagos (C)	Cancelados	Saldo a Pagar	% Pago C/(A+B)
Restos a Pagar Não Processados	9.560.741,51	27.429.883,40	21.305.193,82	21.305.193,82	3.771.813,95	11.913.617,14	57,60%
Restos a Pagar Processados	23.027,43	38.424.433,94		38.424.231,70	202,24	23.027,43	99,94%
TOTAL	9.583.768,94	65.854.317,34	21.305.193,82	59.729.425,52	3.772.016,19	11.936.644,57	79,18%

Fonte: SIAFI

**ANVISA**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Balanco Financeiro

Balanco Financeiro - R\$ 1,00						
	NE	2021	A.V.	2020	A.V.	A.H
Ingressos						2021/2020
Receitas Orçamentárias Realizadas	32	396.888.495,33	27,20%	381.014.764,27	26,26%	4,17%
Ordinária			0,00%		0,00%	0,00%
Vinculadas		410.562.087,89	28,14%	386.630.686,67	26,65%	6,19%
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-13.673.592,56	-0,94%	-5.615.922,40	-0,39%	143,48%
Transferências Financeiras Recebidas	17	769.403.493,17	52,74%	748.411.558,25	51,58%	2,80%
Resultantes da Execução Orçamentária		712.302.431,44	48,82%	708.367.403,06	48,82%	0,56%
Independentes da Execução Orçamentária		57.101.061,73	3,91%	40.044.155,19	2,76%	42,60%
Recebimentos Extraorçamentários	33	232.644.440,38	15,95%	226.706.759,25	15,63%	2,62%
Inscrição em Restos a Pagar Processados		41.558.245,41	2,85%	38.424.433,94	2,65%	8,16%
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados		29.014.464,67	1,99%	27.429.883,40	1,89%	5,78%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.832.611,01	0,13%	966.169,55	0,07%	89,68%
Outros Recebimentos (Arrec Outras Unidades)		160.239.119,29	10,98%	159.886.272,36	11,02%	0,22%
			0,00%		0,00%	0,00%
Sado Exercício Anterior		59.962.228,26	4,11%	94.762.620,08	6,53%	-36,72%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	59.962.228,26	4,11%	94.762.620,08	6,53%	-36,72%
Total dos Ingressos		1.458.898.657,14	100,00%	1.450.895.701,85	100,00%	0,55%
Dispêndios						
Despesas Orçamentárias	34	734.107.851,35	50,32%	725.517.282,69	50,00%	1,18%
Ordinária		46.324.058,50	3,18%	9.050.348,00	0,62%	411,85%
Vinculadas		687.783.792,85	47,14%	716.466.934,69	49,38%	-4,00%
Transferências Financeiras Concedidas	35	596.230.169,13	40,87%	598.035.931,15	41,22%	-0,30%
Resultantes da Execução Orçamentária		8.836.756,96	0,61%	30.663.391,73	2,11%	-71,18%
Independentes da Execução Orçamentária		587.393.412,17	40,26%	567.372.539,42	39,10%	3,53%
			0,00%		0,00%	0,00%
Pagamentos Extraorçamentários	36	60.980.980,69	4,18%	67.380.259,75	4,64%	-9,50%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		38.424.231,70	2,63%	39.802.673,74	2,74%	-3,46%
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		21.305.193,82	1,46%	26.652.653,29	1,84%	-20,06%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.251.555,17	0,09%	923.633,73	0,06%	35,50%
Outros Pagamentos		0,00	0,00%	1.298,99	0,00%	-100,00%
			0,00%		0,00%	0,00%
Sado Exercício Seguinte		67.579.655,97	4,63%	59.962.228,26	4,13%	12,70%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	67.579.655,97	4,63%	59.962.228,26	4,13%	12,70%
Total dos Dispêndios		1.458.898.657,14	100,00%	1.450.895.701,85	100,00%	0,55%

Fonte: SIAFI

Demonstrativos de Fluxo de Caixa

Demonstrativos dos Fluxos de Caixa - R\$ 1,00						
	NE	2021	A.V.	2020	A.V.	A.H.
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (+)		1.328.363.718,80	2019	1.290.278.764,43	2020	2021/2020
Ingressos (+)	38	396.888.495,33	100,00%	381.014.764,27	100,00%	4,17%
Receita Tributária		368.529.613,93	92,85%	368.730.400,41	96,78%	-0,05%
Receita de Serviços		224,07	0,00%	5.305,61	0,00%	-95,78%
Remuneração das Disponibilidades		2.918.158,69	0,74%	1.534.291,45	0,40%	90,20%
Outras Receitas Derivadas e Originárias		25.440.498,64	6,41%	10.744.766,80	2,82%	136,77%
Outros Ingressos Operacionais		931.475.223,47	234,69%	909.264.000,16	238,64%	2,44%
Ingressos Extraorçamentários	33	1.832.611,01	0,46%	966.169,55	0,25%	89,68%
Transferências Financeiras Recebidas	17	769.403.493,17	193,86%	748.411.558,25	196,43%	2,80%
Arrecadação de Outra Unidade	36	160.239.119,29	40,37%	159.886.272,36	41,96%	0,22%
Desembolsos (-)		1.317.689.829,77	100,00%	1.316.209.526,18	100,00%	0,11%
Pessoal e demais Despesas Correntes	39	646.034.989,70	49,03%	648.741.811,36	49,29%	-0,42%
Transferências Concedidas	40	74.173.115,77	5,63%	68.506.850,95	5,20%	8,27%
Outros Desembolsos Operacionais		597.481.724,30	45,34%	598.960.863,87	45,51%	-0,25%
Dispêndios Extraorçamentários	36	1.251.555,17	0,09%	923.633,73	0,07%	35,50%
Transferências Financeiras Concedidas	35	596.230.169,13	45,25%	598.035.931,15	45,44%	-0,30%
Demais Pagamentos	36		0,00%	1.298,99	0,00%	-100,00%
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (Ingressos - Desembolsos)		10.673.889,03		-25.930.761,75		-141,16%
Atividades de Investimentos (-)	41					
Ingressos (+)		0,00		0,00		
Alienação de Bens						0,00
Amortização de Emprést. e Financiam. Concedidos						0,00
Desembolsos (-)		3.056.461,32	100,00%	8.869.630,07	100,00%	-65,54%
Aquisição de Ativo Não Circulante		2.477.468,18	81,06%	4.701.032,83	53,00%	-47,30%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			0,00%		0,00%	0,00%
Outros Desembolsos de Investimentos		578.993,14	18,94%	4.168.597,24	47,00%	-86,11%
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		3.056.461,32		8.869.630,07		-65,54%
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento	42					0,00%
Ingressos		0,00		0,00		0,00%
Operações de Crédito						0,00%
Transferências de Capital Recebidas						0,00%
Desembolsos		0,00		0,00		0,00%
Amortização/Refinanciamento Dívida						0,00%
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid. Financiamento		0,00		0,00		0,00%
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	37	7.617.427,71		-34.800.391,82		-121,89%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	59.962.228,26		94.762.620,08		-36,72%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		67.579.655,97		59.962.228,26		12,70%

Fonte: SIAFI

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

A Anvisa, como parte integrante da Administração Indireta da União e partícipe do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), se utiliza da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), que tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades públicas.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são emitidas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001 e a Lei Complementar nº 101/2000.

Elas abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP - 16), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Manual SIAFI e demais normativos complementares emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME).

As Demonstrações Contábeis são levantadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema de contabilidade oficial do Governo Federal e, no que tange à Anvisa, tem como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 36212 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis da Anvisa compõem o Balanço Geral da União (BGU), que é consolidado pela (STN/ME).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- iii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- vii. Notas Explicativas.

2. Identificação da Anvisa no Balanço Geral da União (BGU)

Toda a movimentação contábil da **Anvisa** é efetuada por meio do SIAFI. A Agência está cadastrada no Sistema como **Órgão, sob o número 36212**, mesmo número atribuído à identificação do código de Gestão e Unidade Orçamentária (UO).

Cada Unidade Gestora Executora (UGE) da Anvisa está identificada por código de UG números 253002 e 253004 a 253029, conforme abaixo:

Tabela 01 – Listas de Unidades Gestoras – Órgão 36212 – Anvisa

Unidade Gestora Executora – UGE – Órgão: 36212 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	
253002	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - Sede – DF
253004	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- SC
253005	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- RS
253006	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- PR
253007	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- PE
253008	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- MS
253009	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- AP
253010	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- PA
253011	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- MG
253012	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- RJ
253013	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- ES
253014	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- GO
253015	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- BA
253016	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- RN
253017	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- AM
253018	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CRPAF- CE
253019	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- AL
253020	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- MA
253021	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- PB
253022	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- RR
253023	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- SE
253024	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- MT
253025	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- TO
253026	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- RO
253027	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- PI
253028	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- SP
253029	Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos Aeroportos, Fronteiras e Recontos Alfandegados –CVPAF- AC

A Setorial de Contabilidade da Anvisa é integrante do Sistema de Contabilidade Federal, como Setorial de Órgão, nos termos do Artigo 8º do Decreto nº 6.976/2009.

Tem uma **identificação própria de UG de Controle no Siafi**, sob o número **253031** – Setorial Contábil / Anvisa, exercida pela Coordenação de Contabilidade e Custos – CCONT/Anvisa, dentro da estrutura organizacional da Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira, subordinada ao Diretor-Presidente.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os valores disponíveis em limite de saque na Conta Única do Governo Federal, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, em moeda nacional, sendo que a funcional da União é o Real (R\$).

Os valores são recebidos e geridos pela UGE – 253002 (Sede), que também exerce função de setorial orçamentária e financeira do Órgão, na forma da Lei 13.848 de 25/06/2019, e têm prerrogativas de promover aplicação dos recursos recebidos, bem como efetuar a descentralização interna pelo sub-repasso às demais 26 UGE Filiais.

A realização da receita e da despesa da União é feita por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa, ou seja, pela Conta Única da União. De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de tesouraria.

A **Conta Única** do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de acordo de cooperação técnica firmado com a STN.

A movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional é efetuada por intermédio das Unidades Gestoras Executoras integrantes do SIAFI sob a forma de acesso on-line, utilizando como Agente Financeiro, para efetuar os pagamentos e recebimentos, o Banco do Brasil ou outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Economia em situações excepcionais e o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) para transferências diretas às instituições financeiras.

b) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber em até 12 meses da publicação das Demonstrações Contábeis. Estão relacionados a créditos tributários e não tributários, e seus respectivos ajustes para perdas, constituídos com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Os créditos tributários no âmbito da Anvisa são formados pelas Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária - TFVS, instituídas nos termos do art. 23, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aplicadas ao setor regulado. Esses créditos são administrados pela UGE-253002.

c) Ajustes Para Perdas - Créditos a Receber:

O **ajuste para perdas dos créditos tributários e não tributários**, de créditos constituídos em favor da Agência, é calculado considerando o montante cobrado dos créditos com liquidez certa, após a sua definitiva constituição, em seguida são apurados os três últimos exercícios, desprezando o vigente, levando em consideração o montante cobrado, deduzindo os valores pagos, aplicando-se a média mensal de recebimento no exercício e a média ponderada de recebimento para o exercício, conforme Manual do Siafi.

É uma metodologia adotada pela Gerência de Gestão da Arrecadação - GEGAR, unidade responsável pelo controle dos créditos a receber.

$$\frac{\text{Média do Recebimento Anual}}{\text{Média Anual do Estoque a Receber}} = \frac{\text{M.RecAno1} + \text{M.RecAno2} + \text{M.RecAno3}}{\text{M.Est-Ano1} + \text{M.Est-Ano2} + \text{M.Est-Ano3}} = \text{Índice de Perda}$$

d) Estoques

Compreendem aquisição de produtos e insumos para consumo interno. Os valores são compostos pelo valor de aquisição em moeda nacional. Sua mensuração e avaliação segue o estabelecido no inciso III, do art. 106, da Lei nº 4320/64, que diz que, para os bens de almoxarifado, aplica-se o preço médio ponderado das aquisições. Suas saídas são consideradas como variação patrimonial diminutiva do período em que ocorrerem.

Cada uma das 27 UGE desta Agência Reguladora tem autonomia para a aquisição e gestão do seu estoque. O controle e a movimentação são feitos por meio do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, com interface automática com o SIAFI. Cada UGE vinculada ao Órgão é responsável pelo levantamento e controle dos bens inventariados.

O SIADS é o sistema informatizado que visa subsidiar as unidades da Administração Pública na operação, no controle e na gestão dos bens materiais e bens móveis, dando suporte para a geração das informações contábeis e de custos.

e) Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamento de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

f) Créditos a Receber a Longo Prazo

Compreendem valores em moeda nacional, contemplando os direitos a receber a longo prazo, considerando os valores acima de 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

São oriundos de Créditos em Dívida Ativa Tributária e Não Tributária e seus respectivos ajustes para perdas, bem como demais créditos procedentes de Tomada de Contas Especial (TCE) após julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O ajuste para perda relacionado a Dívida Ativa tem outro método adotado pela Gerência de Gestão da Arrecadação, levando em consideração o montante arrecadado no exercício anterior sobre o estoque acumulado nos últimos três exercícios anteriores. Do índice encontrado de recebimento, subtrai-se 1 (um) inteiro e encontra-se, portanto, o índice de perda:

$$\text{Dívida Ativa} \quad \frac{\text{Arrecadação Exerc. Anterior}}{\text{Estoque Acumulado 3 últimos exercícios}} \quad = \text{Eq.-1}$$

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis em poder da Anvisa. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, conforme orientações do Órgão Central de Contabilidade da União (STN/ME).

Os **bens imóveis da Anvisa** se referem a propriedades da União cedidas à Agência pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e são cadastrados e controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNet), com interface direta ao SIAFI, gerando as contabilizações automaticamente neste sistema, refletindo nas demonstrações financeiras da Agência.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

As benfeitorias em propriedades de terceiros são referentes àquelas realizadas em propriedades alugadas ou recebidas em cessão de terceiros, reconhecidas no Imobilizado e ajustadas pela amortização.

Ao término do período amortizado, as benfeitorias em imóveis de terceiros e sua amortização são baixadas, conforme Manual SIAFI.

Os **bens móveis** são adquiridos diretamente pela Agência. Cada UGE tem autonomia para a aquisição e gestão dos seus bens, sem prejuízo de compras centralizadas, conforme a conveniência ou normativos internos da Anvisa. O controle e a movimentação dos bens permanentes também são feitos por meio do SIADS.

h) Intangível

Atualmente, o Ativo Intangível é formado, no caso desta Agência Reguladora, exclusivamente por softwares.

São mensurados e avaliados pelo valor de aquisição ou produção, ainda conforme suas manutenções evolutivas, que agregam valores ao bem. Estão todos registrados na UGE-253002 (Sede) e, quando cabível, ajustados pela amortização (quando vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, conforme orientações do Órgão Central de Contabilidade (STN/MF).

Em janeiro de 2016, houve a reclassificação de todo o saldo da conta de Softwares com Vida Útil Definida para **Vida Útil Indefinida**, considerando as orientações do Órgão Central de Contabilidade da União (STN/ME), visto a inexistência, até o momento, de softwares com tempo de vida útil estimada, conforme informações da área de Tecnologia da Informação (TI) do Órgão. Desta forma, não há a amortização desses bens.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção (manutenções evolutivas) são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de Bens Móveis

A Anvisa aplica os procedimentos estabelecidos nos Manuais SIAFI e suplementarmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para o cálculo da depreciação.

Aplica-se o método de cotas constantes, conforme tabela abaixo definida pela Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central do Sistema Federal de Contabilidade, sendo operacionalizada mensalmente por meio do SIADS.

Tabela 02 – Índices de Depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)	Taxa Depreciação (% aa)
12311.01.01	Aparelhos De Medição E Orientação	15	10	6,666666667
12311.01.02	Aparelhos E Equipamentos De Comunicacao	15	20	6,666666667
12311.01.03	Equipam/Utensílios Médicos, Odontol., Lab. E Hosp.	15	20	6,666666667
12311.01.04	Aparelho E Equipamento P/Esportes E Diversões	10	10	10,000000000
12311.01.05	Equipamento De Proteção, Segurança E Socorro	10	10	10,000000000
12311.01.06	Maquinas E Equipamentos Industriais	20	10	5,000000000
12311.01.07	Maquinas E Equipamentos Energéticos	10	10	10,000000000
12311.01.08	Maquinas E Equipamentos Gráficos	15	10	6,666666667
12311.01.09	Maquinas, Ferramentas E Utensílios De Oficina	10	10	10,000000000
12311.01.10	Equipamentos De Montaria	5	10	20,000000000



12311.01.11	Equipamento E Materiais Sigiloso E Reservados	10	10	10,000000000
12311.01.12	Equipamentos, Pecas E Acessórios P/Automóveis	5	10	20,000000000
12311.01.13	Equipamentos, Pecas E Acessórios Marítimos	15	10	6,666666667
12311.01.14	Equipamentos, Pecas E Acessórios Aeronáuticos	30	10	3,333333333
12311.01.15	Equipam. Pecas E Acessórios Proteção Ao Voo	30	10	3,333333333
12311.01.16	Equipamentos De Mergulho E Salvamento	15	10	6,666666667
12311.01.17	Equipam de Máquinas E Motores Navios Esquadra			0,000000000
12311.01.18	Equipamentos De Manobras E Patrulhamento	20	10	5,000000000
12311.01.19	Equipamento de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10	10,000000000
12311.01.20	Maquinas E Utensílios Agropecuário/Rodoviário	10	10	10,000000000
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos E Elétricos	10	10	10,000000000
12311.01.23	Maquinas E Equipamentos - Construção Civil	20	10	5,000000000
12311.01.24	Maquinas E Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10	10,000000000
12311.01.25	Maquinas, Utensílios E Equipamentos Diversos	10	10	10,000000000
12311.01.99	Outras Maquinas, Equipamentos E Ferramentas	10	10	10,000000000
12311.02.01	Equipamentos De Processamento De Dados	5	10	20,000000000
12311.03.01	Aparelhos E Utensílios Domésticos	10	10	10,000000000
12311.03.02	Maquinas E Utensílios De Escritório	10	10	10,000000000
12311.03.03	Mobiliário Em Geral	10	10	10,000000000
12311.03.04	Utensílios Em Geral	10	10	10,000000000
12311.04.02	Coleções E Materiais Bibliográficos	10	0	10,000000000
12311.04.03	Discotecas E Fimotecas	5	10	20,000000000
12311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10	5,000000000
12311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E Foto	10	10	10,000000000
12311.04.06	Obras De Arte E Pecas Para Exposição			0,000000000
12311.04.07	Maquinas E Equipamentos Para Fins Didáticos	10	10	10,000000000
12311.04.99	Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicações	10	10	10,000000000
12311.05.01	Veículos Em Geral	15	10	6,666666667
12311.05.02	Veículos Ferroviários	30	10	3,333333333
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10	6,666666667
12311.05.04	Carros de Combate	30	10	3,333333333
12311.05.05	Aeronaves			0,000000000
12311.05.06	Embarcações			0,000000000

12311.09.00	Armamentos	20	15	5,000000000
12311.10.00	Semoventes E Equipamentos De Montaria	10	10	10,000000000
12311.99.04	Armazéns Estruturais - Coberturas De Lona	10	10	10,000000000
12311.99.09	Pecas Não Incorporáveis a Imóveis	10	10	10,000000000

Item 6.3 Macrofunção 020330 do Manual Siafi

020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND.

Ainda segundo Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, as contas 12311.01.17, 12311.05.05 e 12311.05.06 não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

Já a conta 12311.04.06 não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

i) Depreciação de Bens Imóveis

Valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet, gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto, o Método da *Parábola de Kuentzle*, expressa conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. O registro e controle da depreciação é efetuado diretamente pela STN e SPU, **sem ingerência da Anvisa.**

j) Amortização em Benefícios de Terceiros

Quanto ao registro da amortização de benefícios em imóveis de terceiros, ele se inicia após a conclusão da aquisição, e a taxa a ser utilizada varia em função do tempo restante do contrato de aluguel, termo de cessão ou similar, conforme item 15, da Macrofunção STN/MF nº 020330, do Manual SIAFI. O controle é feito por meio de planilha eletrônica.

Para os termos de cessão com vigência indeterminada, é considerado um prazo de 60 meses para o cálculo das amortizações, em analogia ao prazo máximo de renovação de contratos estipulado pela Lei 8.666/33.

O método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes.

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

No âmbito da Anvisa, para os passivos circulante e não circulante predomina a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;

- (ii) fornecedores e contas a pagar;
- (iii) obrigações fiscais e,
- (iv) demais obrigações.

A Agência procura efetuar os pagamentos aos fornecedores, bem como as obrigações fiscais, em seguida à apropriação da obrigação do pagamento. Desta forma, os saldos registrados nas contas do passivo circulante são geralmente transitórios, indicando documentos remanescentes para indicação de pagamento, valores inscritos em Restos a Pagar de exercício anterior ou pendências dos beneficiários que impediram o pagamento a estes.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes são aqueles que apresentam a probabilidade de ocorrência, mas ainda não são reconhecidos em contas patrimoniais. Quando relevantes, serão registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Provisões

Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto e se distinguem dos demais passivos por envolver essa incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção.

As provisões não se confundem com os demais passivos, tais como passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de bens ou serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo os valores devidos aos empregados, como, por exemplo, valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário.

Embora em certos momentos seja necessário estimar o valor ou o prazo dos passivos derivados de apropriações por competência, a incerteza é geralmente muito menor que nas provisões. Essas obrigações são geralmente divulgadas como parte das contas a pagar. Por sua vez, as provisões são divulgadas separadamente.

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ocasionou mudanças significativas na definição de provisões. Com as mudanças adotadas, as provisões deixaram de se referir a ajustes dos valores contábeis de ativos e passaram a se referir apenas a passivos de prazo ou valor incertos.

Dessa forma, embora sejam comumente conhecidos como “provisões”, não são provisões os ajustes de perdas estimadas com ativos, como, por exemplo, os ajustes para perdas com investimentos e para créditos de liquidação duvidosa, inclusive o ajuste para créditos de dívida ativa. No PCASP, tais ajustes são reconhecidos como contas redutoras do ativo.

n) Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- (i) patrimonial;
- (ii) orçamentário; e;
- (iii) financeiro.

(n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é feita através da confrontação entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD), bem como o Ativo Total menos Passivo Total e Patrimonio Líquido ao fechamento do Exercício:

$$AT - (P + PL) = VPA - VPD$$

O resultado patrimonial do período é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, e o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)** são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. Assemelham-se às Receitas Patrimoniais aplicadas na Contabilidade Geral.

As **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)** são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de obrigações (passivos).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. Esse procedimento é realizado diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), órgão central de contabilidade da União, sem interferência da Anvisa.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. (DVP).

(n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro no Balanço Financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades de caixa no que tange à Anvisa.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, **é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

Resultado Financeiro evidenciado no Balanço Patrimonial: difere-se do resultado apresentado no Balanço Financeiro, visto que pelo Balanço Patrimonial esse resultado se refere à disponibilidade financeira por fontes de recursos disponíveis para execução de pagamentos ou transferências financeiras, considerando os descontos dos créditos empenhados mesmo antes de sua apropriação para pagamento.

Notas Explicativas Específicas aos Itens do Balanço Patrimonial

A seguir, são detalhados os principais itens das demonstrações contábeis da Anvisa no período em análise, refletindo as **demonstrações contábeis consolidadas** do Órgão.

Balanço Patrimonial

O Ativo representa o conjunto de Bens e Direitos. É um recurso controlado no presente, pela entidade, como resultado de evento passado. Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

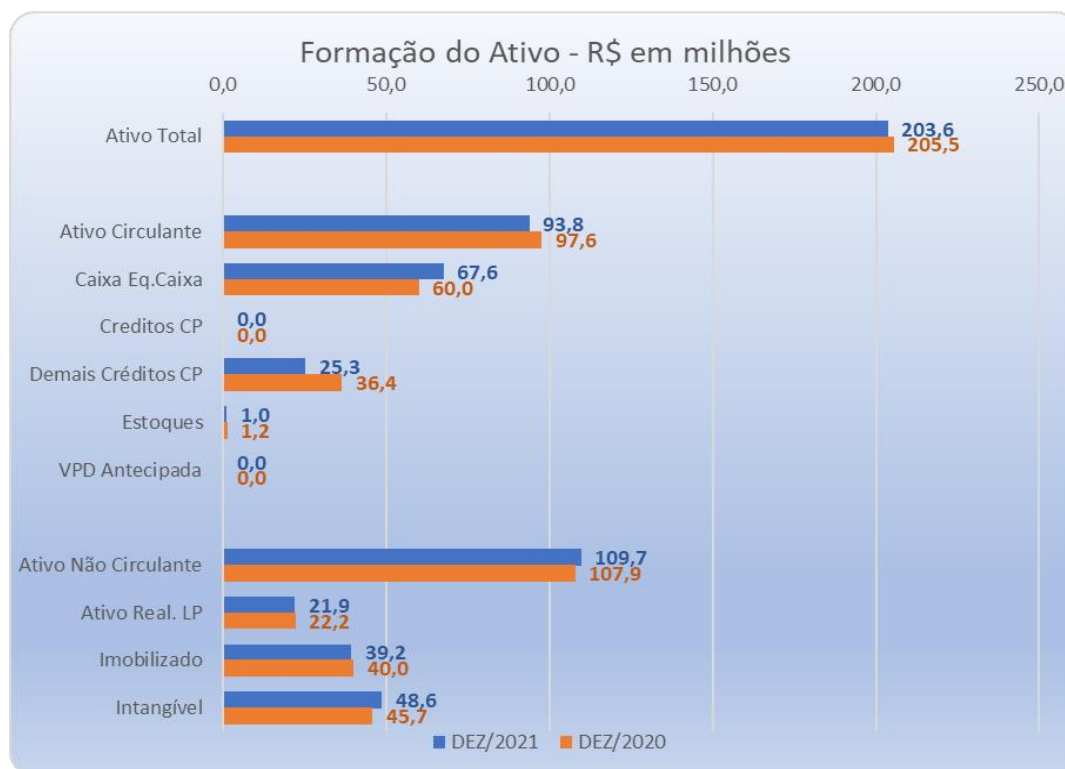
- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes

Tabela 03 - Formação do Ativo

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A. H. 2021/2020
	Saldo - R\$	AV %	Saldo - R\$	AV %	
ATIVO CIRCULANTE					
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	67.579.655,97	33,19%	59.962.228,26	29,18%	12,70%
CREDITOS A CURTO PRAZO	25.953,71	0,01%	28.391,23	0,01%	(8,59%)
DEMAIS CREDITOS A CURTO PRAZO	25.256.177,61	12,41%	36.360.547,31	17,69%	(30,54%)
ESTOQUES	962.875,42	0,47%	1.224.111,42	0,60%	(21,34%)
VARIACAO PATR. DIM PG ANT	15.051,21	0,01%	21.114,01	0,01%	(28,71%)
Total do Ativo Circulante	93.839.713,92	46,09%	97.596.392,23	47,49%	(3,85%)
ATIVO NAO CIRCULANTE					
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	21.944.707,52	10,78%	22.231.024,50	10,82%	(1,29%)
IMOBILIZADO	39.210.039,35	19,26%	39.969.177,32	19,45%	(1,90%)
INTANGIVEL	48.591.700,37	23,87%	45.703.513,93	22,24%	6,32%
Total do Ativo Não Circulante	109.746.447,24	53,91%	107.903.715,75	52,51%	1,71%
Total do Ativo	203.586.161,16	100,00%	205.500.107,98	100,00%	(0,93%)

Gráfico 01 – Formação do Ativo



Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional”, apresentado no montante de **R\$ 67,5 milhões**, correspondeu a **33,19% do Ativo Total**.

Tabela 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição – R\$ 1,00

MÊS LANÇAMENTO CONTAS	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo	A.V.	Saldo	A.V.	
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	41.413.521,08	61,28%	38.401.701,87	64,04%	7,84%
CONTA ÚNICA - VALORES APLICADOS	26.032.316,59	38,52%	21.436.211,76	35,75%	21,44%
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	133.818,30	0,20%	124.314,63	0,21%	7,64%
TOTAL	67.579.655,97	100,00%	59.962.228,26	100,00%	12,70%

A conta única da União é gerida pelo Tesouro Nacional e os recursos são liberados à Anvisa conforme o Decreto Anual de Programação Financeira.

Os recursos liberados pelo Tesouro compõem o limite de saque para uso em pagamentos. É alimentado em grande parte por COTAS FINANCEIRAS repassada pelo Órgão Central do Sistema de Administração Financeira (STN) conforme a arrecadação da Agência na Fonte 74 e em outras fontes do Tesouro Nacional complementarmente para os demais casos em que a arrecadação não suporte, sendo utilizada conforme o fluxo de pagamentos. Enquanto não utilizados os valores são aplicados.

Conforme a Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999, a Agência tem autorização para aplicar os recursos recebidos da Conta Única, sendo o seu rendimento recurso próprio do Órgão.

Demais contas referem-se a recursos em garantia por meio de Caução.

Os valores estão divididos por Fontes de Recursos (FR) – códigos que tem por finalidade identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, ou seja, as fontes de financiamento dos gastos públicos, conforme demonstrado nas disponibilidades conforme Nota Explicativa nº 13.

A Unidade Gestora Executora (UGE) 253002 representa a Anvisa SEDE e também tem a função de Setorial Financeira. Por meio da UGE.253002 os valores são distribuídos às demais UGE filiais (CVPAFs).

Nota 2 - Créditos a Receber a Curto Prazo

Tabela 5 – Créditos a Receber a Curto Prazo – Composição– R\$ 1,00

CREDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
CRED TRIB NAO PREVIDENCIARIOS - NAO PARCELADO	220.320,11	848,90%	206.782,45	728,33%	6,55%
AJUSTE DE PERDAS DE CRED TRIBUTARIOS	(194.366,40)	(748,90%)	(178.391,22)	(628,33%)	8,96%
Total	25.953,71	100,00%	28.391,23	100,00%	(8,59%)

DEMAIS CREDITOS E VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
CRED A REC DECOR DE INFRA C LEG E CONTRA TUAIS	43.753.988,81	173,24%	46.753.276,90	128,58%	(6,42%)
AJUSTE PERDAS DEMAIS CREDITOS E VALORES CT PZ	(33.778.079,35)	(133,74%)	(34.036.385,57)	(93,61%)	(0,76%)
PROJEÇÃO DE RECEBIMENTO	<u>9.975.909,46</u>		<u>12.716.891,33</u>		(21,55%)
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	8.327.865,48	32,97%	19.259.934,92	52,97%	(56,76%)
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	4.821.931,53	19,09%	4.335.603,21	11,92%	11,22%
CREDITO POR DANO AO PATRIMONIO - DECISAO TCU	2.048.567,79	8,11%			(100,00%)
RENDIMENTO DE APLICACOES POR COMPETENCIA	81.903,35	0,32%	48.117,85	0,13%	70,21%
Total	25.256.177,61	100,00%	36.360.547,31	100,00%	(30,54%)

Créditos Tributários a Receber: o crédito tributário é oriundo da **Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS)**, tributo instituído pela Lei nº 9.782/1999, estipulado conforme o Fato Gerador a que esteja relacionado.

A TFVS é baseada nos atos de competência da Anvisa, tais como registro de produtos sujeitos à vigilância sanitária, certificação de boas práticas de fabricação, autorização de funcionamento de empresas, entre outras.

O valor é cobrado conforme a Tabela referente à Portaria Interministerial MF-MS nº 45/2017, de 30 de janeiro de 2017, que atualizou monetariamente os valores da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS) previstos na Lei nº 9.782/1999.

Ajustes de Perdas: O ajuste para perdas dos créditos tributários e não tributários, de créditos constituídos em favor da Agência, é calculado considerando o montante cobrado dos créditos com liquidez certa, após a sua definitiva constituição. Em seguida são apurados os três últimos exercícios, desprezando o vigente, levando em consideração o montante cobrado, deduzindo os valores pagos, aplicando-se a média mensal de recebimento no exercício e a média ponderada de recebimento para o exercício, conforme Manual do Siafi, conforme fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Média do Recebimento Anual}}{\text{Média Anual do Estoque a Receber}} = \frac{\text{M.RecAno1} + \text{M.RecAno2} + \text{M.RecAno3}}{\text{M.Est-Ano1} + \text{M.Est-Ano2} + \text{M.Est-Ano3}} = \text{Índice de Perda}$$

Não foram computados os saldos de cancelamento de débito do contribuinte por prescrição punitiva da penalidade, prescrição da pretensão executória, decisão judicial em que anulou a cobrança do crédito ou decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa (DICOL), com arquivamento do processo por

Insubsistência, penalidade de advertência, ou nulidade da multa aplicada para os créditos não tributários após a sua constituição.

Créditos a Receber Decorrentes de Infrações: São provenientes de aplicação de multas administrativas por descumprimento da legislação sanitária, conforme a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configuram infrações à legislação sanitária federal, e dá outras providências.

Esses créditos são individualmente controlados pelo Sistema CODIVA, de gestão da Gerência de Arrecadação que com base nos seus dados faz os cálculos para ajustes de perdas e alimenta o SIAFI. Cumpre salientar que o sistema CODIVA não faz interface direta com o SIAFI.

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada - TED: O Termo de Execução Descentralizada – TED - é um instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades. Está regulamentado pelo [DECRETO Nº 10.426, DE 16 DE JULHO DE 2020.](#)

A Anvisa tem celebrado vários TEDs como Órgão repassador a outros Órgãos da Administração Federal. Dessa forma os valores repassados são reconhecidos como créditos a Receber da Anvisa.

Devido às movimentações pertinentes, como celebração, ajustes e baixas por sua finalização, o exercício fechou com o montante de R\$ 8,3 milhões, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 6 - Demonstrativo de TED celebrado vigentes:

Conta Contábil	ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA - TED				
	Mês Lançamento		DEZ/2020		A.H.
Transferência - Conveniente	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	4.430.886,26	53,21%	12.574.498,00	65,29%	(64,76%)
CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	1.964.609,27	23,59%	2.135.009,27	11,09%	(7,98%)
INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	995.239,51	11,95%	3.054.660,75	15,86%	(67,42%)
INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	438.200,00	5,26%	306.740,00	1,59%	42,86%
FACULDADE DE FARMACIA DA UFRJ	190.828,27	2,29%	178.828,27	0,93%	6,71%
UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SANTA MARIA	132.799,25	1,59%			0,00%
UNIVERSIDA DE FEDERAL DO PARANA	80.841,71	0,97%	333.973,08	1,73%	(75,79%)
FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	66.201,21	0,79%	43.300,00	0,22%	52,89%
UNIVERSIDA DE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	28.260,00	0,34%			0,00%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.			332.925,55	1,73%	(100,00%)
INSTITUTO OSWALDO CRUZ			300.000,00	1,56%	(100,00%)
Total	8.327.865,48	100,00%	19.259.934,92	100,00%	(56,76%)

Adiantamentos Concedidos a Pessoal: Houve ajustes nos procedimentos contábeis estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, exercido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de que o saldo registrado no Balanço Patrimonial represente, tão somente, o adiantamento realizado e ainda não descontado do servidor/empregado, por questões de competência contábil ou outras devidamente justificadas.

Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU – CP: Valores a receber, após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), em cobrança Anvisa, decorrentes de processos de Tomada de Contas Especial (TCE).

Nota 3 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Tabela 7 – Realizável a Longo Prazo – Composição– R\$ 1,00

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
CREDITOS A LONGO PRAZO					
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	168.957.279,10	769,92%	162.452.223,09	730,75%	4,00%
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	77.086.443,07	351,28%	73.778.413,87	331,87%	4,48%
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	0,00	0,00%	4.165,44	0,02%	(100,00%)
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	(234.386.584,10)	(1068,08%)	(225.896.982,24)	(1016,13%)	3,76%
PROJEÇÃO PARA RECEBIMENTO	11.657.138,07	53,12%	10.337.820,16	46,50%	12,76%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO					
OUTROS CREDITOS A LONGO PRAZO	540.682,28	2,46%	401.664,56	1,81%	34,61%
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES	(417.406,72)	(1,90%)	(292.411,80)	(1,32%)	42,75%
PROJEÇÃO PARA RECEBIMENTO	123.275,56	0,56%	109.252,76	0,49%	77,36%
CREDITO POR DANO AO PATRIMONIO - DECISAO TCU	10.164.293,89	46,32%	11.783.951,58	53,01%	(13,74%)
Total	10.287.569,45	46,88%	11.893.204,34	53,50%	(13,50%)
	21.944.707,52	100,00%	22.231.024,50	100,00%	(1,29%)

Dívida Ativa: Os valores são encaminhados à Procuradoria-Geral Federal (PGF/AGU), Órgão da Advocacia-Geral da União, que detém a gestão da Dívida Ativa e ações de cobrança.

Os créditos a receber são registrados pela Anvisa no sistema CODIVA e pela PGF no sistema SAPIENS Dívida.

Dívida Ativa Não Tributária: Trata-se basicamente de Multas por descumprimento da legislação sanitária, administradas na UGE-253002 (Sede).

Dívida Ativa Tributária e Créditos Tributários a Receber: Trata-se da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - TFVS administrada na UGE-253002 (Sede),

Os registros quanto à Dívida Ativa têm sido anuais, visto que a Agência ainda não possui sistema robusto que possa apresentar as informações contábeis mensalmente.

Ajustes para Perdas

O ajuste para perda relacionado à Dívida Ativa tem outro método adotado pela Gerência de Gestão da Arrecadação, levando em consideração o montante arrecadado no exercício anterior sobre o estoque acumulado nos últimos três exercícios anteriores. Do índice encontrado de recebimento, subtrai-se 1 (um) inteiro e encontra-se, portanto, o índice de perda:

$$\frac{\text{Dívida Ativa}}{\frac{\text{Arrecadação Exerc. Anterior}}{\text{Estoque Acumulado 3 últimos exercícios}}} = (*Q)-1$$

**Quociente*

Crédito por Dano ao Patrimônio:

Representam valores a receber, após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), em favor da Anvisa, decorrentes de processos de Tomada de Contas Especial (TCE).

Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento. (art. 2º, caput, da IN/TCU 71/2012).

A TCE constitui medida de exceção, portanto a Administração deve esgotar todas as medidas administrativas para elidir a irregularidade ensejadora da TCE ou obter o ressarcimento do dano, antes de formalizar a instauração do processo.

A apreciação do processo de TCE, no âmbito da União, constitui competência constitucional do Tribunal de Contas da União – TCU - prevista no art. 70, parágrafo único, c/c art. 71, ambos da Constituição Federal.

Nota 4 - Imobilizado

A Anvisa apresentou um saldo de R\$ 39,2 milhões relacionados a imobilizado, sendo 19,26% do Total do Ativo.

Tabela 8 – Imobilizado – Composição– R\$ 1,00

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO					
BENS DE INFORMATICA	35.636.040,75	90,88%	34.650.361,29	86,69%	2,84%
MOVEIS E UTENSILIOS	21.706.508,36	55,36%	22.891.603,32	57,27%	-5,18%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	8.516.960,26	21,72%	8.591.114,85	21,49%	-0,86%
VEICULOS	5.074.905,06	12,94%	5.800.246,40	14,51%	-12,51%
DEMAIS BENS MOVEIS	4.789.864,79	12,22%	5.724.978,27	14,32%	-16,33%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	2.992.406,74	7,63%	3.111.156,21	7,78%	-3,82%
BENS MOVEIS EM ALMOXA Rifado	12.115,44	0,03%	15.281,79	0,04%	-20,72%
Total	78.728.801,40	200,79%	80.784.742,13	202,12%	-2,54%
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(54.268.077,32)	-138,40%	(53.301.455,32)	-133,36%	1,81%
BENS MÓVEIS - VALOR LIQUIDO	24.460.724,08	62,38%	27.483.286,81	68,76%	-11,00%
BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO					
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	14.834.984,15	37,83%	12.564.892,81	31,44%	18,07%
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	(136.370,22)	-0,35%	(168.662,34)	-0,42%	-19,15%
BENS IMÓVEIS - VALOR LIQUIDO	14.698.613,93	37,49%	12.396.230,47	31,01%	18,57%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	187.312,65	0,48%	222.275,09	0,56%	-15,73%
AMORTIZACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	(136.611,31)	-0,35%	(132.615,05)	-0,33%	3,01%
BENFEITORIAS - VALOR LIQUIDO	50.701,34	0,13%	89.660,04	0,22%	-43,45%
Total	39.210.039,35	100,00%	39.969.177,32	100,00%	-1,90%

Fonte: SIAFI

Bens Móveis: o saldo de Bens Móveis encerrou o período com um valor bruto contábil de R\$ 78,7 milhões, onde após o ajuste da Depreciação alcançou o saldo líquido contábil de R\$ 24,4 milhões. O saldo se manteve estável em relação ao exercício anterior.

Devido aos processos de inventário realizados ao final do exercício de 2020, durante o ano de 2021 algumas UGE procederam o desfazimento por doação de bens considerados ociosos.

A depreciação de bens móveis é calculada e controlada pelo SIADS, com contabilização automática no SIAFI.

Bens Imóveis: o saldo contábil bruto de Bens Imóveis registrado em DEZ/2021 totalizou R\$ 14,8 milhões, correspondendo a 6 % do Ativo Total, mantendo-se relativamente estável em relação ao exercício anterior. O valor líquido, após o ajuste da depreciação, fechou o exercício em R\$ 14,6 milhões.

São bens recebidos da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e controlados pelo sistema SPIUNET, com interface direta com o SIAFI.

Houve um acréscimo em relação ao exercício anterior devido ao imóvel alocado para a UG.253017 CVPAF/AM, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 9 – Distribuição de Imóveis por UG

MÊS LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
		SALDO - R\$	A.V.	SALDO - R\$	A.V.	2021/2020
253002	ANVISA SEDE					
123210103	*TERRENOS/GLEBAS	4.303.500,00	28,65%	4.303.500,00	33,65%	0,00%
123210124	**SALAS	5.424.919,62	36,11%	5.424.919,62	42,42%	0,00%
Total		9.728.419,62	64,76%	9.728.419,62	76,08%	0,00%
253006	CVPAF-PR					
123210101	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	321.960,09	2,14%	321.960,09	2,52%	0,00%
123210127	POSTOS DE FISCALIZACAO	32.015,85	0,21%	161.489,53	1,26%	-80,17%
Total		353.975,94	2,36%	483.449,62	3,78%	-26,78%
253009	CVPAF-AP					
123210800	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS			17.014,90	0,13%	-100,00%
Total				17.014,90	0,13%	-100,00%
253014	CVPAF-GO					
123210101	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	799.198,03	5,32%	799.198,03	6,25%	0,00%
Total		799.198,03	5,32%	799.198,03	6,25%	0,00%
253016	CVPAF-RN					
123210102	EDIFICIOS	628.390,56	4,18%	628.390,56	4,91%	0,00%
Total		628.390,56	4,18%	628.390,56	4,91%	0,00%
253017	CVPAF-AM					
123210126	AUTARQUIAS/FUNDAOES	3.325.000,00	22,13%			100%
Total		3.325.000,00	22,13%			100%
253018	CVPAF-CE					
123210800	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	187.312,65	1,25%	187.312,65	1,46%	0,00%
Total		187.312,65	1,25%	187.312,65	1,46%	0,00%
253024	CVPAF-MT					
123210800	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS			17.947,54	0,14%	-100,00%
Total				17.947,54	0,14%	-100,00%
253026	CVPAF-RO					
123210102	EDIFICIOS			401.035,15	3,14%	-100,00%
Total				401.035,15	3,14%	-100,00%
253029	CVPAF-AC					
123210102	EDIFICIOS			524.399,83	4,10%	-100,00%
Total				524.399,83	4,10%	-100,00%
Total		15.022.296,80	100,00%	12.787.167,90	100,00%	17,48%

Fonte: SIAFI

*A conta de Terrenos/Glebas consignado na UGE-253002 (Sede) não sofre depreciação, por se referir a terreno, sem construção, situada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN – Brasília - DF.

** Os imóveis classificados como Salas se referem aos imóveis que abrigam as unidades da Anvisa no Estado do Rio de Janeiro.

Depreciação Acumulada de Bens Imóveis:

A depreciação referente aos imóveis da União é controlada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e os registros são efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, diretamente nas contas da Anvisa, **sem ingerência da Agência**, de acordo com o estabelecido pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/2014.

Amortização em Benfeitorias de Terceiros

As benfeitorias em propriedades de terceiros são referentes àquelas realizadas em propriedades alugadas ou recebidas em cessão de terceiros, reconhecidas no Imobilizado e ajustadas pela amortização. Ao término do período amortizado, as benfeitorias em imóveis de terceiros e sua amortização são baixadas, conforme Manual SIAFI.

Nota 5 - Intangível

O Ativo Intangível é formado atualmente apenas por softwares com Vida Útil Indefinida, conforme determinado pela área de Tratamento da Informação da Anvisa (TI), e controlados diretamente no SIAFI por códigos de Inscrição Genérica (IG).

A IG é um código auxiliar criado no SIAFI, formada por 9 (nove) dígitos, sendo os 2 (dois) primeiros alfabéticos e preestabelecidos pelo Sistema, e os 7 (sete) seguintes alfanuméricos e de livre escolha.

São mensurados pelo custo de desenvolvimento ou pelo valor de aquisição, adicionados por suas manutenções de caráter evolutivo. Todos estão registrados na UGE-253002 – Sede.

Ao final de DEZ/2021 o saldo correspondeu a 23,8 % do Ativo Total, com um aumento de 6% em relação ao exercício anterior, determinado por manutenções evolutivas que agregam valor ao bem.

A área de TI da Agência tem sido alertada quanto à necessidade de revisão constante do contabilizado e sobre o inventário. Atualmente estão sendo feitos os inventários, visando o controle analítico, bem como a identificação de cada softwares por Inscrição Genérica no SIAFI

Formação do Passivo Exigível

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes

Cumpra esclarecer que os índices demonstrados abaixo não incluem o grupo do Patrimônio Líquido, ou seja, referem-se apenas às obrigações a pagar ou provisões contabilizadas no Passivo, divididos em Circulante e Não Circulante:

Tabela 10 – Formação do Passivo Exigível

MÊS LANÇAMENTO PASSIVO	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	SALDO - R\$	AV %	SALDO - R\$	AV %	
PASSIVO CIRCULANTE					
OBRIG TRABALHISTAS A PAGAR-CP	54.759.633,10	66,75%	52.249.517,17	69,85%	4,80%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.534.108,91	26,25%	21.644.077,61	28,93%	(0,51%)
PROVISÕES A CURTO PRAZO	2.245.156,66	2,74%			(100,00%)
FORNECEDORES A CURTO PRAZO	1.485.676,38	1,81%	912.704,89	1,22%	62,78%
TOTAL - PASSIVO CIRCULANTE	80.024.575,05	97,54%	74.806.299,67	100,00%	6,98%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE					
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - LP	2.003.399,56	2,44%			(100,00%)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	15.004,79	0,02%			(100,00%)
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.018.404,35	2,46%			(100,00%)
TOTAL DO PASSIVO	82.042.979,40	100,00%	74.806.299,67	100,00%	9,67%

Fonte: SIAFI

Gráfico 02 – Formação do Passível Exigível:



Nota 6 - Obrigações Trabalhistas – Curto Prazo

O saldo de R\$ 54,7 milhões corresponde a 66,7% do Total do Passivo Exigível sendo composto pela provisão de remunerações, Férias a Pagar e encargos sociais a pagar. Os valores foram registrados e ajustados na UGE-253002 (Sede), mas se referem a todos os servidores do Órgão.

Tabela 11 - Obrigações Trabalhistas – Curto Prazo

Mês Lançamento Conta Contábil	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Valor R\$	A.V.	Valor R\$	A.V.	
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	35.086.583,65	64,07%	31.997.988,50	61,24%	9,65%
FERIAS A PAGAR	17.130.781,30	31,28%	18.491.794,38	35,39%	(7,36%)
PRECATORIOS DE PESSOAL	1.961.882,71	3,58%	1.161.397,80	2,22%	68,92%
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	400.866,87	0,73%	408.810,12	0,78%	(1,94%)
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	179.518,57	0,33%	189.526,37	0,36%	(5,28%)
Total	54.759.633,10	100,00%	52.249.517,17	100,00%	4,80%

Fonte: Siafi

Nota 7 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao final do período, a Agência apresentou em **Fornecedores e Contas a Pagar** um saldo de R\$ 1,4 milhão, todo classificado no curto prazo.

Os maiores montantes se referem a contas a pagar com empresa de Tecnologia da Informação (TI) e de mão de obra terceirada, alocados na UGE-253002 (Sede), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 12 – Fornecedores a Pagar - Composição– R\$ 1,00

Entidade CCor	Mês Lançamento Fornecedor	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP				A.H. 2021/2020
		DEZ/2021		DEZ/2020		
		Valor R\$	A.V.	Valor R\$	A.V.	
02306220000173	MIRANTE TECNOLOGIA S/A	649.036,03	43,69%	649.036,03	71,11%	
59057992000306	G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A.	317.704,82	21,38%			
00395228000128	CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SIS	118.822,00	8,00%			
08875253000110	ASC SERVICE SEGURANCA EIRELI	115.444,34	7,77%			
11777162000157	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	78.784,39	5,30%			
37077716000105	CITY SERVICE SEGURANCA LTDA	43.612,98	2,94%	64.812,99	7,10%	
72581283000113	TECNICALL ENGENHARIA LTDA	42.029,47	2,83%	14.201,19	1,56%	
11162311000173	R7 FACILITIES SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI	33.267,52	2,24%			
38042487000148	NOVA ESPERANCA CONSERVADORA E ADMINISTRADORA DE CONDOMI	23.027,43	1,55%	23.027,43	2,52%	
	OUTROS	63.947,40	4,30%	161.627,25	17,71%	
Total	Total	1.485.676,38	100,00%	912.704,89	100,00%	62,78%

Fonte: Siafi.

Usualmente a Agência efetua seus pagamentos em seguida ao processo de liquidação da despesa orçamentária emitindo as respectivas Ordens Bancárias, sendo comum saldos transitórios e/ou de pequeno volume nas contas de fornecedores a pagar. Porém, devido a pendências de beneficiário que suspenderam o andamento do processo de pagamento, sua Nota de Empenho ficou classificada como “em liquidação” e consequentemente permaneceu apropriado no Passivo financeiro a pagar motivo da variação positiva em comparação ao final do exercício anterior.

Nota 8 – Provisões a Curto Prazo:

O valor provisionado refere-se ao saldo de Tomada de Contas Especial (TCE), pago a maior pelo Estado do Mato Grosso à Anvisa, referente a recursos não aprovados na execução do Convênio n 042/2000 - SIAFI. A TCE seguiu o seu curso até o julgamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), onde foi convertido ao Processo 025.333/2014-3.

Ao mesmo tempo também foi ajuizada pela Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso - PF/MT - uma ação de cobrança, onde o valor devido já havia sido definido pelo Tribunal de Contas (discutia-se apenas questões acessórias, como prazo para pagamento).

Com o advento do Programa de Regularização de Débitos - PRD - Lei 13.494 /2017, o estado de Mato Grosso optou por aderi-lo. Com isso, foi celebrado acordo entre esse estado e a PF/MT, e os pagamentos correspondentes ocorreram no ano de 2017 e 2018. O Estado de Mato Grosso recolheu à Anvisa o montante de **R\$ 2.112.924,84** (dois milhões, cento e doze mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos), tendo sido conferida certidão de quitação do débito pela Anvisa

No entanto não houve comunicação ao TCU e o processo seguiu seu trâmite no Tribunal. Dessa forma, em atendimento ao AC 10864/2018 – TCU – 2ª C - o Estado de Mato Grosso recolheu à Anvisa o valor de **R\$ 1.430.320,40** (um milhão, quatrocentos e trinta mil trezentos e vinte reais e quarenta centavos), além dos valores já pagos como acima informado.

A Anvisa indagou ao TCU acerca da atualização dos valores devidos pelo Estado do Mato Grosso, e, em caso de reconhecimento de pagamento a maior, avaliar e informar a respeito da possibilidade de quitação.

O TCU, em resposta por meio do AC 6285/2021 – TCU – 2ª C, informou que o saldo credor apurado para devolução atingiu um montante de **R\$ 2.245.156,66** (dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos), sem incidência de juros e sem cogitação da hipótese de compensação de eventuais dívidas do referido estado com a União. Contudo, o TCU considerou todos os pagamentos efetuados para descontos sobre o débito total apurado.

Devido à não concordância da Anvisa, foi solicitado à Procuradoria junto à Agência para que impetrasse recurso junto ao TCU. A posição seria de restituição apenas dos valores pagos por ocasião do determinado no AC 10.864/2018 2C, ou seja, de **R\$ 1.430.320,40** (um milhão, quatrocentos e trinta mil trezentos e vinte reais e quarenta centavos), atualizados monetariamente.

A Procuradoria apresentou a possibilidade de Petição junto ao TCU, visto que a determinação feita pelo Tribunal equivocou-se em relação ao valor a ser restituído, pois o correto seria o montante de R\$ 1.430.320,40 (considerado em 30/09/2019), e não o de R\$ 2.245.156,66 (em 29/07/2020). Essa posição estava alinhada à equipe técnica da Anvisa e condizente com a opinião do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MPTCU – conforme consta no relatório acostado ao AC 6285/2021 – TCU – 2ª C.

A demanda foi encaminhada ao Departamento de Consultoria da PGF - DEPCONSU - para inserir Petição junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Enquanto se aguarda o desfecho da situação, foi provisionado o valor de R\$ 2.245.156,66 (dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos), considerando o princípio da prudência pelo menor patrimônio líquido.

Nota 9 - Demais Obrigações de Curto Prazo

Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
Conta Contábil	Valor	AV	Valor	AV	2021/2020
CONSIGNACOES					
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.018.505,96	14,02%	2.872.408,13	13,27%	5,09%
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	1.509.904,50	7,01%	1.733.485,87	8,01%	(12,90%)
PENSAO ALIMENTICIA	525.206,60	2,44%	508.540,69	2,35%	3,28%
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB FEDERAL	462.306,05	2,15%	465.305,83	2,15%	(0,64%)
RETENCOES - SINDICATOS	141.270,45	0,66%	147.079,18	0,68%	(3,95%)
RETENCOES - ASSOCIACOES	23.937,02	0,11%	25.126,96	0,12%	(4,74%)
RETENCOES - COOPERATIVAS	20.381,95	0,09%	13.695,72	0,06%	48,82%
OUTROS CONSIGNATARIOS	15.893,93	0,07%			(100,00%)
RETENCOES - PLANOS DE SEGUROS	6.142,23	0,03%	6.425,55	0,03%	(4,41%)
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES			202,24	0,00%	(100,00%)
Total	5.723.548,69	26,58%	5.772.270,17	26,67%	(0,84%)
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS					
DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES NAO RECLAMADOS	15.417.645,98	71,60%	14.856.731,21	68,64%	3,78%
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	133.818,30	0,62%	124.314,63	0,57%	7,64%
DEPOSITOS DE TERCEIROS	10.637,40	0,05%			(100,00%)
Total	15.562.101,68	72,27%	14.981.045,84	69,22%	3,88%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES					
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	17.349,85	0,08%	32.786,93	0,15%	(47,08%)
Total	17.349,85	0,08%	32.786,93	0,15%	(47,08%)
PRECATORIOS DE TERCEIROS					
PRECATORIOS DE TERCEIROS	231.108,69	1,07%	857.974,67	3,96%	(73,06%)
Total	231.108,69	1,07%	857.974,67	3,96%	(73,06%)
Total	21.534.108,91	100,00%	21.644.077,61	100,00%	(0,51%)

Fonte: SIAFI

Observa-se pela tabela acima que os **valores não reclamados**, em *Depósitos não judiciais*, correspondem a 71% dessas obrigações:

Gráfico 03 – Composição de Demais Obrigações – 2021



Fonte: Siafi

A Anvisa, por meio da UGE-253002 (Sede), continua a efetuar **Restituições de Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS)**, em virtude de cobrança a maior no decorrer dos anos de 2015, 2016 e início de 2017, visto que, amparada na Medida Provisória 685/2015, houve a atualização dessa Taxa em 100% do IPCA, conforme a Portaria Interministerial nº 701 MF/MS, de 31/08/2015. Entretanto, com a conversão dessa MP na Lei nº 13.202, de 08/12/2015, houve a redução do índice de atualização em 50%, mas sem a devida regulamentação imediata ou no decorrer de 2016, o que acarretou na manutenção do reajuste da TFVS com atualização em 100% naquele exercício.

Somente com a Portaria Interministerial MF-MS n. 45/2017, publicada em 30/01/17, houve a normatização que atualizou as Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS) com a redução do índice em 50%, regulamentando o disposto na Lei 13.202/2015, estabelecendo a restituição de valores recolhidos a maior.

Devido à quantidade significativa de favorecidos, os pagamentos foram feitos em bloco, utilizando Lista de Credores (LC) no Siafi. No entanto, houve várias Ordens Bancárias Canceladas por domicílio bancário do credor inexistente.

Enquanto se buscam as informações corretas junto aos regulados sobre seus dados bancários, tem sido realizada a regularização dessas OB Canceladas, registrando em **Depósito por Devolução de Valores Não Reclamados**.

Devido à imprevisibilidade de pagamento, os valores foram alocados no Curto Prazo, considerando que assim que os beneficiários regularizarem seus domicílios bancários, os valores serão pagos, o que pode ocorrer a qualquer momento.

Nota 10 – Passivo Não Circulante

Trata-se de Precatórios de Pessoal a Longo Prazo, lançados diretamente pela justiça federal (Tribunal Regional Federal), sem ingerência da Anvisa.

Tabela 14 – Formação do Passivo Não Circulante

Emitente - UG		Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
		Conta Contábil	Valor R\$	A.V.	Valor R\$	A.V.	2021/2020
UG	OBRIGACOES TRABALHISTAS						
090052	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIAO- PREC/RPV	PRECATORIOS DE PESSOAL	1.328.001,06	65,79%			100,00%
090051	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO- PREC/RPVS	PRECATORIOS DE PESSOAL	675.398,50	33,46%			100,00%
		TOTAL	2.003.399,56				100,00%
UG	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO						
090051	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO- PREC/RPVS	PRECATORIOS DE TERCEIROS	15.004,79	0,74%			100,00%
			2.018.404,35	100,00%	0,00		100,00%

Fonte: Siafi

Nota 11 – Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados (DMPL)

Patrimônio Líquido é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial. Pode ser um montante positivo ou negativo. Na Anvisa integram o patrimônio líquido basicamente os resultados acumulados, evidenciando o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

Tabela 15 -Formação do Patrimônio Líquido

Título	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS					
	Mês Lançamento	dez/21		dez/20		A.H.
		Valor	AV	Valor	AV	
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES		130.693.808,31	107,53%	180.504.369,46	138,11%	(27,60%)
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		(1.369.544,14)	(1,13%)	(1.467.628,74)	(1,12%)	(6,68%)
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO		(7.781.082,41)	(6,40%)	(48.342.932,41)	(36,99%)	(83,90%)
Total		121.543.181,76	100,00%	130.693.808,31	100,00%	(7,00%)

Fonte: Siafi

Gráfico 04 – Formação do Patrimônio Líquido



Fonte: Siafi

Resultados de Exercícios Anteriores: compreendem o saldo dos superávits ou déficits acumulados até o exercício anterior.

O **Ajustes de Exercícios Anteriores:** reflete os acertos contábeis provenientes de inventários de bens móveis e intangíveis e reconhecimentos de despesas de exercícios anteriores.

Resultado do Exercício: No período analisado, aferiu-se um **déficit patrimonial** no Resultado do Exercício de R\$ 7,7 milhões, decorrente da confrontação negativa da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

Contudo verifica-se uma recuperação no resultado patrimonial em decorrência do aumento de VPA, sobretudo da arrecadação de multas sobre Infrações de Sanitárias, sobrestadas no exercício de 2020 devido a pandemia COVID-19.

Nota 12 – Quadro de Compensações:

Tabela 16 – Formação dos Atos Potenciais

Mês Lançamento Conta Contábil	dez/21		dez/20		A.H.
	Saldo - R\$	AV %	Saldo - R\$	AV %	2021/2020
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS					
EXECUCAO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAIS					
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	5.321.115,03	87,20%	5.496.513,09	86,48%	(3,19%)
FIANCAS A EXECUTAR	780.891,51	12,80%	859.288,85	13,52%	(9,12%)
	6.102.006,54	100,00%	6.355.801,94	100,00%	(3,99%)
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS					
EXECUCAO DE OBRIGAÇÕES CONVENIAIS					
9,38%					
A REPASSAR	16.484.484,58	76,16%	5.262.779,70	4,35%	213,23%
CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES A LIBERAR	5.160.969,01	23,84%	972.840,17	0,80%	430,51%
	21.645.453,59	100,00%	6.235.619,87	5,15%	247,13%
EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATAIS					
90,62%					
CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	147.037.518,02	70,31%	98.534.028,80	90,86%	49,23%
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	61.519.671,08	29,42%	9.742.315,56	8,98%	531,47%
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	569.633,39	0,27%	158.853,91	0,15%	258,59%
CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUCAO		0,00%	9.900,00	0,01%	(100,00%)
	209.126.822,49	100,00%	108.445.098,27	100,00%	92,84%
Total dos Atos Passivos	230.772.276,08	100,00%	114.680.718,14		101,23%

Fonte: Siafi

Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar: Essas garantias visam ao fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos, em atendimento ao Artigo 6º, VI cc Art. 56 da Lei 8.666/1993.

Obrigações Conveniadas e Contratuais a Executar: Refere-se a Convênios e TED com valores a liberar/repassar, e as obrigações contratuais a executar referem-se a contratos em execução.

Nota 13 – Resultado Financeiro no Balanço Patrimonial:

Este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

O resultado financeiro apurado por esse quadro reflete o saldo da Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos.

Tabela 17 – Resultado Financeiro por Disponibilidade por Fonte

Mês Lançamento	dez/21		dez/20		A.H.
Fonte Recursos	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
74 TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	(39.823.857,71)	130,61%	(36.556.142,99)	120,03%	8,94%
80 RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	6.984.983,49	(22,91%)	4.066.824,80	(13,35%)	71,76%
50 REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	3.621.877,49	(11,88%)	2.512.657,32	(8,25%)	44,15%
Outros Recursos Vinculados	(29.216.996,73)	95,82%	(29.976.660,87)	98,42%	-2,53%
53 REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	(822.352,43)	2,70%	(359.669,28)	1,18%	128,64%
51 RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	(152.451,20)	0,50%			(100,00%)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(974.803,63)	3,20%	(359.669,28)	1,18%	171,03%
00 RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO (Recursos Ordinários)	(300.000,00)	0,98%	(120.573,71)	0,40%	148,81%
Total	(30.491.800,36)	100,00%	(30.456.903,86)	100,00%	302,29%

Fonte: Siafi

Os ativos e passivos financeiros e permanentes estão demonstrados no Balanço Patrimonial, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Compõe o Ativo Financeiro os valores inseridos no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Já o Passivo Financeiro refere-se a todas as obrigações empenhadas a pagar, mesmo que ainda não tenha um passivo patrimonial associado, mais os Créditos Empenhados a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, além de demais obrigações financeiras como cauções e depósitos retidos de terceiros.

A diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao resultado financeiro.

Gráfico 5: Resultado Financeiro – Balanço Patrimonial



Fonte: Siafi

Notas Explicativas aos Itens da Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público.

Podem ocorrer por fatos financeiros ou não financeiros.

Essas variações patrimoniais podem ser definidas como:

a) Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): receitas sob o enfoque patrimonial, elas correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários;

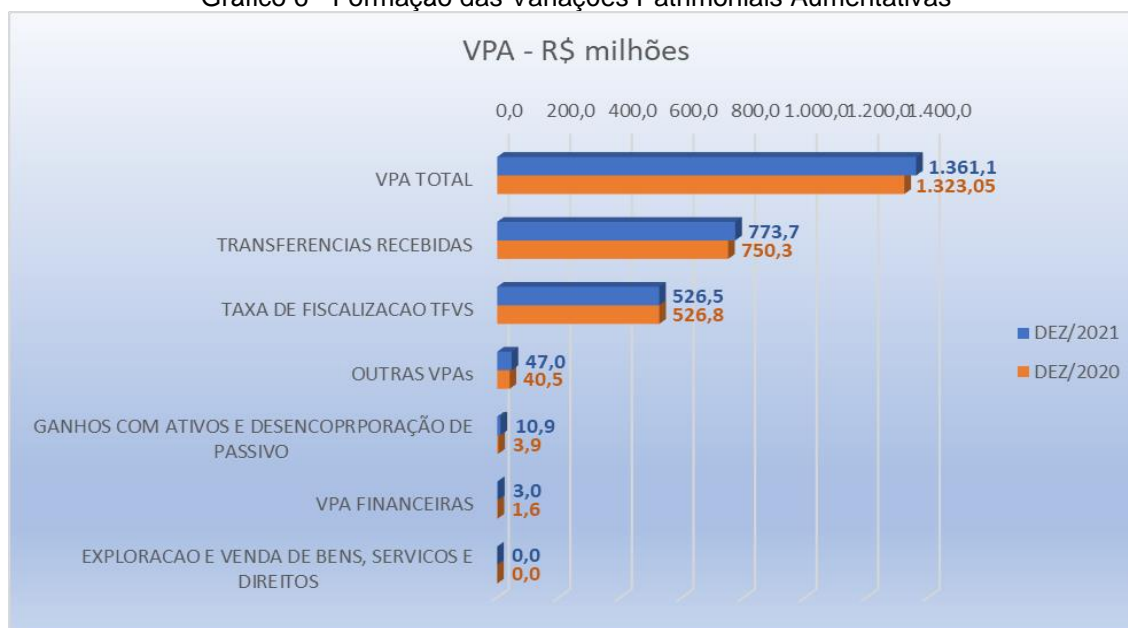
b. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): despesas sob o enfoque patrimonial, correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários

Tabela 18 - Formação das Variações Patrimoniais Aumentativas

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
Grupo	Saldo - R\$	AV %	Saldo - R\$	AV %	2021/2020
TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILANCIA SANITARIA - TFVS	526.480.334,96	38,68%	526.763.205,78	39,81%	(0,05%)
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	17.754,04	0,00%	31.149,95	0,00%	(43,00%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIROS	2.952.000,60	0,22%	1.559.101,54	0,12%	89,34%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	773.682.223,02	56,84%	750.319.293,55	56,71%	3,11%
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESENCOPRORAÇÃO DE PASSIVO	10.932.786,06	0,80%	3.866.544,81	0,29%	182,75%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	47.004.487,51	3,45%	40.510.490,14	3,06%	16,03%
Total	1.361.069.586,19	100,00%	1.323.049.785,77	100,00%	2,87%

Fonte: Siafi

Gráfico 6 - Formação das Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: Siafi

O gráfico seguiu a ordem decrescente dos saldos

Já as notas seguem a ordem do Demonstrativo de Variações Patrimoniais – DVP

Nota 14 – Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS)

Constitui a principal receita da Agência, entre outras, o produto resultante da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS) pelo exercício do Poder de Polícia.

Essas taxas foram instituídas nos termos do art. 23, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. A sua arrecadação é registrada e controlada pela UGE-253002 (Matriz), assim como as demais arrecadações realizadas pela Anvisa.

As Receitas Tributárias com a TFVS recebida no exercício financeiro correspondem a 38,68% das Variações Patrimoniais Ativas (VPA) do exercício, mantendo-se relativamente parelhas com o resultado do exercício anterior.

Dos valores acima, 30% referem-se a DRU - Desvinculação da Receita da União, conforme Emenda Constitucional nº 93/2016.

Nota 15 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Trata-se de arrecadação de taxa de uso de imóvel público descontado na folha de pagamento sendo parametrizada pelo Sistema de Pessoal Civil não havendo ingerência da Anvisa. É arrecadada pela UGE 253002 Anvisa Sede.

Também engloba os recolhimentos de taxas por cópias reprográficas, esta conforme demanda do agente interessado que recolhe a taxa estipulada, porém com representação bastante ínfima.

Embora de baixa representatividade na Demonstração das Variações Patrimoniais, esse item apresentou uma redução de 43% em relação ao exercício anterior, devido a retração tanto da taxa de uso de imóvel público, como taxas por cópias reprográficas.

Nota 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:

Provém de rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

Tabela 19 – VPA Financeiras

MÊS LANÇAMENTO	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	SALDO - R\$	A.V.	SALDO - R\$	A.V.	2021/2020
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.951.944,19	100,00%	1.558.305,77	99,95%	89,43%
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	56,41	0,00%	795,77	0,05%	(92,91%)
TOTAL	2.952.000,60	100,00%	1.559.101,54	100,00%	89,34%

Fonte: SIAFI

Nota 17 - Transferências e Delegações Recebidas:

As Transferências e Delegações Recebidas constituem cerca 56,8 % dos valores classificados em Variação Patrimonial Aumentativa, sendo o maior conjunto de VPA

Desses, cerca de 91,68% referem-se a Repasses Recebidos para custear a execução financeira da Anvisa, com variação de 1,30% em relação a 2020.



Tabela 20 - Transferências e Delegações Recebidas

Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORÇAMENTARIA					
REPASSSE RECEBIDO	709.332.185,39	91,68%	700.208.223,42	93,32%	1,30%
SUB-REPASSSE RECEBIDO	2.970.246,05	0,38%	8.151.657,38	1,09%	(63,56%)
DEVOLUCAO DO DIFERIDO			7.522,26	0,00%	(100,00%)
Total	712.302.431,44	92,07%	708.367.403,06	94,41%	0,56%
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT.					
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	20.984.166,95	2,71%	10.303.601,68	1,37%	103,66%
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	20.223.110,99	2,61%	9.720.573,65	1,30%	108,04%
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	15.893.783,79	2,05%	19.982.908,50	2,66%	(20,46%)
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	3.657,23	0,00%	46.311,91	0,01%	(92,10%)
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS-NSSALDO			37.071,36	0,00%	(100,00%)
Total	57.104.718,96	7,38%	40.090.467,10	5,34%	42,44%
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS					
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	167.666,06	0,02%	530.133,83	0,07%	(68,37%)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.107.406,56	0,53%	1.331.289,56	0,18%	208,53%
Total	4.275.072,62	0,55%	1.861.423,39	0,25%	129,67%
Total	773.682.223,02	100,00%	750.319.293,55	100,00%	3,11%

Fonte: Siafi

Gráfico 7: Transferências Recebidas em R\$ milhões



Fonte: SIAFI

Os valores acima compõem as Transferências Financeiras Recebidas, também demonstradas no Balanço Financeiro, e compreendem os valores intragovernamentais recebidos pela Anvisa resultado de sua arrecadação e outros valores necessários para a sua manutenção e execução orçamentária.

Ressalta-se ainda que as transferências recebidas envolvem outros dados patrimoniais além de transferências financeiras, como no caso da Doações Recebidas. Destaca-se nessa ocasião o imóvel no

valor de R\$ 3,3 milhões entregue pela Superintendencia do Patrimonio da União, em favor da UG.253017 – CVPAF/AM/Anvisa, que representa o maior fator relevante para a alta variação positiva referente as Doações Recebidas, não obstante as demais variações.

Do total de R\$ 4,1 milhões de doações recebidas em 2021, o imóvel da UG. 253017 AM representou 83,52%.

Nota 18 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Tabela 21 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

TITULO	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO	8.492.474,85	77,68%	2.056.564,15	53,19%	312,94%
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.280.058,76	20,86%	1.710.732,42	44,24%	33,28%
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	160.252,45	1,47%	99.248,24	2,57%	61,47%
Total	10.932.786,06	100,00%	3.866.544,81	100,00%	182,75%

Referente a Outros Ganhos com Incorporação de Ativo, houve uma variação elevada em relação ao exercício anterior, tendo em vista o reconhecimento dos créditos a receber decorrentes dos Termos de Execução Descentralizado (TED) celebrados entre a Anvisa e demais Órgãos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS – onde a Agência é o órgão repassador.

Os ganhos com a desincorporação de Passivos se referem à transferência de Precatórios a Pagar à Justiça.

A reavaliação de imobilizados, apesar de sua pequena monta, sua variação positiva decorre da reavaliação de imóveis realizado pelas Unidades Gestoras da Anvisa: 2021 - Reavaliação de Ativos pela UG.253026 RO - no valor de R\$ 160.252,45; 2020 - a reavaliação de imóveis pela UG. 253006 PR no valor de R\$ 99.248,24.

Nota 19 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O montante registrado ao final do exercício de 2021, no valor de R\$ 47 milhões, correspondeu a 3,45% do valor total de VPA, com um implemento de 16% em relação ao exercício anterior:

Tabela 22 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

CCON - TÍTULO (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
REVERSAO DE AJUSTES DE PERDAS	5.229.404,92	11,13%	10.461.043,65	25,82%	(50,01%)
MULTAS ADMINISTRATIVAS	24.263.023,87	51,62%	3.740.923,61	9,23%	548,58%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	6.190.650,46	13,17%	13.982.696,57	34,52%	(55,73%)
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	11.321.408,26	24,09%	12.325.826,31	30,43%	(8,15%)
TOTAL	47.004.487,51	100,00%	40.510.490,14	100,00%	16,03%

Fonte: Siafi

Neste grupo se encontra o registro da receita com **multas administrativas** por **Auto de Infração Sanitária (AIS)**, resultante das ações fiscalizadoras, conforme a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e dá outras providências.

Em relação ao grupo da conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, as multas representaram 51,62% do valor registrado, com implemento de cerca de 550% em relação ao exercício anterior.

Em 2020, houve uma retração na arrecadação de multas decorrente do cumprimento a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 355, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao Covid-2-SARS, suspendeu os atos de cobrança administrativa dos créditos da Agência, em atendimento ao Artigo 6º da citada resolução. Somente foram executados os atos de cobrança para os processos com prazo prescricional menor que 01 (um) ano.

Os registros de **Indenizações e Restituições** referem-se a devolução pelos convenientes de valores não aprovados na prestação de contas de convênios, em que a Anvisa foi a repassadora dos recursos, bem como ao reconhecimento de créditos a receber por ocasião de julgamentos de irregularidades apuradas na execução de convênios proferido pelo Tribunal de Contas da União.

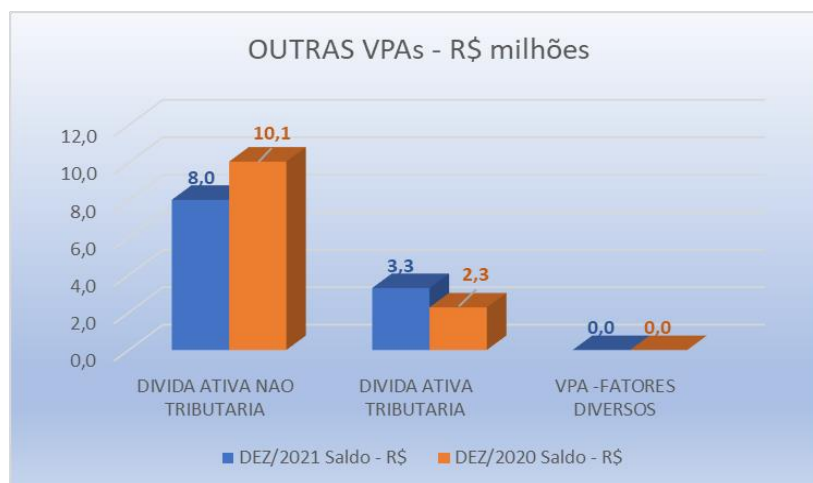
Na **VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos**, temos o registro da **Dívida Ativa Tributária Longo Prazo** Tributárias (oriunda de Taxas- TFVS), na qual houve a mensuração no estoque de R\$ 3,3 milhões, um aumento de 45,48% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo (Tabela 23).

Na **Dívida Ativa Não Tributária**, tem-se o valor decorrente de cobranças de multas administrativas (sobretudo Multa por Infração a Legislação Sanitária) e demais cobranças administrativas oriundas da gestão. Os valores estão discriminados no quadro a seguir:

Tabela 23 - VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos

Mês Lançamento Item	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	8.012.151,86	70,77%	10.051.981,03	81,55%	(20,29%)
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.308.029,20	29,22%	2.273.845,28	18,45%	45,48%
VPA - FATORES DIVERSOS	1.227,20	0,01%		0,00%	0,00%
TOTAL	11.321.408,26	100,00%	12.325.826,31	100,00%	-8,15%

Gráfico 8 – Outras VPAs



Fonte: SIAFI

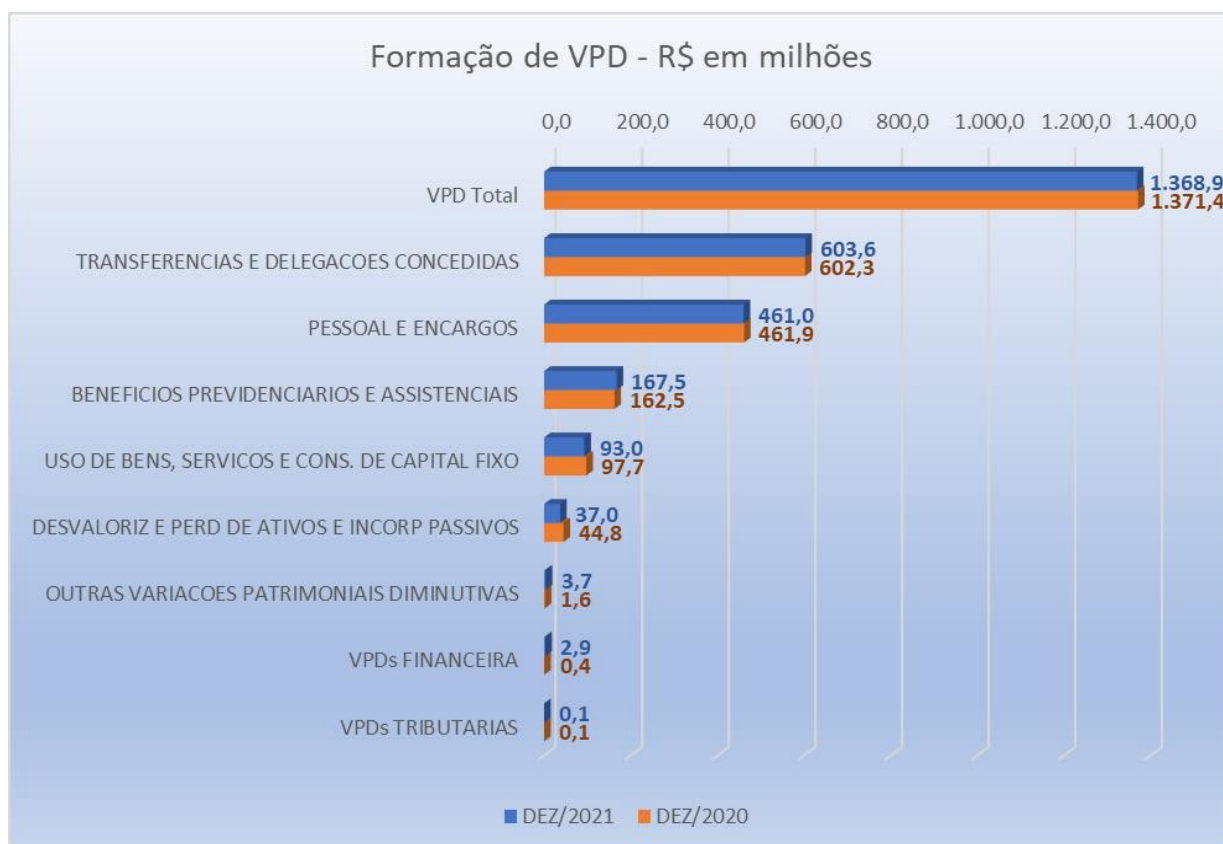
Formação das Variações Patrimoniais Diminutivas VPD

Tabela 24 – Formação de VPD

Mês Lançamento CCon - Grupo (2)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	AV %	Saldo - R\$	AV %	
PESSOAL E ENCARGOS	460.982.268,52	33,68%	461.941.526,43	33,68%	(0,21%)
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	167.517.862,02	12,24%	162.522.623,43	11,85%	3,07%
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	93.019.002,42	6,80%	97.698.325,34	7,12%	(4,79%)
VPDs FINANCEIRA	2.914.739,14	0,21%	432.356,92	0,03%	574,15%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	603.599.648,50	44,10%	602.336.750,07	43,92%	0,21%
DESVALORIZ E PERD DE ATIVOS E INCORP PASSIVOS	37.012.769,39	2,70%	44.779.912,37	3,27%	(17,35%)
VPDs TRIBUTARIAS	82.245,55	0,01%	66.126,90	0,00%	24,38%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.722.133,06	0,27%	1.615.096,72	0,12%	130,46%
Total	1.368.850.668,60	100,00%	1.371.392.718,18	100,00%	(0,19%)

Fonte: Siafi

Gráfico 9 – Formação de VPD



O gráfico seguiu a ordem decrescente dos saldos

Já as notas seguem a ordem do Demonstrativo de Variações Patrimoniais – DVP

Nota 20 – Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo, estabelecida em lei, decorrente do pagamento pelo efetivo exercício do cargo ou função de confiança no setor público. Abrange, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador incidentes sobre a folha de pagamento apropriada na Agência, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil.

Os gastos com **Pessoal e Encargos** são apropriados pela UGE-253002 (Matriz) e se manteve estável com relação ao exercício anterior, correspondendo a 33,68% do total de VPD em ambos os exercícios.

Tabela 25 – Pessoal e Encargos

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL-RPPS	373.129.440,53	80,94%	375.482.400,43	81,28%	(0,63%)
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	68.871.726,10	14,94%	67.342.028,10	14,58%	2,27%
BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS	11.241.279,03	2,44%	11.307.871,47	2,45%	(0,59%)
CONTR.A ENT.FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.164.576,61	1,12%	5.166.211,59	1,12%	(0,03%)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	1.153.450,49	0,25%	1.490.334,42	0,32%	(22,60%)
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	693.411,97	0,15%	587.434,10	0,13%	18,04%
BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	544.067,94	0,12%	212.675,41	0,05%	155,82%
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	184.315,85	0,04%	352.570,91	0,08%	(47,72%)
Total	460.982.268,52	100,00%	461.941.526,43	100,00%	(0,21%)

Fonte: Siafi

Nota 21 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

Tabela 26 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
APOSENTADORIAS - RPPS	149.285.727,29	89,12%	146.746.199,98	90,29%	1,73%
PENSOES - RPPS	13.510.846,48	8,07%	10.852.186,62	6,68%	24,50%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - RPPS	4.540.560,02	2,71%	4.628.644,17	2,85%	(1,90%)
OUTRAS APOSENTADORIAS	180.207,52	0,11%	295.592,66	0,18%	(39,04%)
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR	520,71	0,00%			0,00%
Total	167.517.862,02	100,00%	162.522.623,43	100,00%	3,07%

Fonte: Siafi

Nota 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública disponível para a Anvisa, exceto despesas com pessoal e encargos.

Tabela 27 – Uso de Bens, Serviços e Consumo

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
SERVICOS TERCEIROS - PJ	83.209.139,42	89,45%	87.163.828,90	89,22%	(661,84%)
DEPRECIACAO	4.467.819,38	4,80%	4.911.887,99	5,03%	(81,69%)
SERVICOS TERCEIROS - PF	2.520.378,56	2,71%	1.911.393,42	1,96%	239,38%
DIARIAS	1.818.614,80	1,96%	2.143.607,33	2,19%	(15,16%)
CONSUMO DE MATERIAIS	964.091,56	1,04%	1.509.241,67	1,54%	(332,69%)
AMORTIZACAO	38.958,70	0,04%	58.366,03	0,06%	(33,25%)
Total	93.019.002,42	100,00%	97.698.325,34	100,00%	(4,79%)

Fonte: Siafi

Nota 23 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Apesar de uma participação ínfima em relação ao montante das variações patrimoniais diminutivas, houve alterações relevantes em comparação ao exercício anterior, conforme tabela abaixo:

Tabela 28 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira

CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
		Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
JUROS E ENC.DE MORA DE AQUIS.DE BENS E SERVIC	JUROS DE MORA	12.715,07	0,44%	685,77	0,16%	1754,13%
	MULTAS INDEDUTIVEIS	6.783,78	0,23%	450,66	0,10%	1405,30%
		19.498,85	0,67%	1.136,43	0,26%	1615,80%
JUROS E ENC.DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	JUROS DE MORA			4,87	0,00%	(100,00%)
	MULTAS INDEDUTIVEIS			40,87	0,01%	(100,00%)
	JUROS DE MORA			2,55	0,00%	(100,00%)
				48,29	0,01%	(100,00%)
OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	OUTRAS VARIACOES MONETARIAS	31,58	0,00%	455,84	0,11%	(93,07%)
		31,58	0,00%	455,84	0,11%	(93,07%)
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	2.895.208,71	99,33%	430.716,36	99,62%	572,18%
		2.895.208,71	99,33%	430.716,36	99,62%	572,18%
Total		2.914.739,14	100,00%	432.356,92	100,00%	574,15%

Fonte: Siafi

- Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços

A forte variação positiva foi decorrente do pagamento de Juros e Multas sobre pagamentos de contratos realizados pelas UGEs, com destaque abaixo:

UGE. 253002 Sede – pagamento de juros no valor de R\$ 1.297,15 referente aos serviços de condomínio das áreas utilizadas no Aeroporto Internacional de São Luiz – MA;

- pagamento juros e variação IGP-M no valor de R\$ 9.372,38 referente ao fornecimento de energia elétrica para a sede da CVPAF/RJ

- pagamento de multa no valor de R\$ 3.502,75 sobre pagamento do IPTU a conta do locatário da Sede da Anvisa em Brasília.

- pagamento de multa sobre ressarcimentos de despesas decorrentes da cessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

Apesar de envolver unidades da Anvisa nas unidades da federação, a Agência está com movimento de centralização da execução orçamentárias estando as unidades acima mencionadas com os procedimentos finalizados.

Nota 24 - Transferências e Delegações Concedidas

Corresponde a 44,10% do montante de VPD, tendo sua formação conforme abaixo:

Tabela 29 - Transferências e Delegações Concedidas

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H.
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
INDEPENDENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	587.397.069,40	97,32%	567.420.150,32	94,20%	3,52%
PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	8.836.756,96	1,46%	30.663.391,73	5,09%	(71,18%)
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	4.311.381,16	0,71%	327.958,66	0,05%	1214,61%
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	2.880.024,73	0,48%	3.774.313,98	0,63%	(23,69%)
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	174.416,25	0,03%	150.935,38	0,03%	15,56%
Total	603.599.648,50	100,00%	602.336.750,07	100,00%	0,21%

Fonte: Siafi

Transferências Intragovernamentais

Observa-se que 97,32% referem-se a transferências intragovernamentais independente de Execução Orçamentária, destacando-se o movimento de saldos patrimoniais:

O somatório dos itens dos títulos das contas contábeis abaixo forma as transferências intragovernamentais:

	2021	2020	A.H.
(I) INDEPENDENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	587.397.069,40	567.420.150,32	3,52%
(II) PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	8.836.756,96	30.663.391,73	(71,18%)
(I+II) TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	596.233.826,36	598.083.542,05	(0,31%)



Tabela 30 – Transferências Concedidas Independente da Execução Orçamentária

Abaixo está detalhado o primeiro item da tabela 28 acima, visto sua alta representação, em 97,32% do montante das transferências e delegações transferidas:

Mês Lançamento CCon - Item (6)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
INDEPENDENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	586.532.627,72	99,85%	553.747.937,84	97,59%	5,92%
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	488.234,69	0,08%	12.565.541,21	2,21%	(96,11%)
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	372.549,76	0,06%	1.021.989,01	0,18%	(63,55%)
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM.DIMINUTIVA	3.657,23	0,00%	47.610,90	0,01%	(92,32%)
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS-NSSALDO		0,00%	37.071,36	0,01%	(100,00%)
Total	587.397.069,40	100,00%	567.420.150,32	100,00%	3,52%

Fonte: Siafi

O movimento de saldos patrimoniais refere-se à transferência da arrecadação da Anvisa à Conta Única do Tesouro Nacional e a valor referente a devolução de Taxas pagas a maior pelo agente regulado, como explanado na Nota 09.

Transferências Intergovernamentais

As transferências voluntárias referem-se ao saldo do grupo de contas das transferências intergovernamentais conforme de Termo de Convênios ou Cooperação Técnica celebrados com Organismos Internacionais.

Os valores em VPD são contabilizados a cada apropriação de despesas visando a emissão da posterior Ordem Bancárias. Foram firmados Acordos com as seguintes Entidades registrados pela UGE.253002 – Anvisa Sede:

	2021	2020	
ORGANIZACAO PAN-AMERICANA DA SAUDE/OPAS	4.000.000,00		
UN OFFICE ON DRUGS AND CRIME	311.381,16	327.958,66	
Total	4.311.381,16	327.958,66	1214,61%

Fonte: Siafi

Sobre as execuções em 2021:

O Termo Cooperação Técnica firmado com o OPAS visa fortalecimento do sistema de vigilância sanitária nacional para promover o acesso e a cobertura universal à saúde.

Com a entidade UN OFFICE ON DRUGS AND CRIME referiu-se ao pagamento de *Invoice* à 4ª Parcela do Acordo em nível de serviço entre a Anvisa e o Escritório Das Nações Unidas Sobre Drogas E Crimes (UNODC)- Sistema Nacional de Controle de Drogas.

Em 2020 houve apenas a liberação à 3ª Parcela do acordo com a UNODC.

**Nota 25 – Desvalorização e Perdas do Ativo e Incorporação de Passivos**

Este grupo tem como principal registro a provisão para ajuste de perdas de crédito a receber, inclusive em Dívida Ativa, bem como a **desincorporação de ativos** pela baixa de Termos de Execução Descentralizada – TED, pela devolução de recursos pelo Órgão receptor e análise final da prestação de contas pela Anvisa.

Tabela 31 - Desvalorização e Perdas do Ativo e Incorporação de Passivos

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	23.152.851,36	62,55%	16.695.771,87	37,28%	38,67%
AJUSTE DE PERDA DE CREDITOS	13.601.670,66	36,75%	27.947.431,25	62,41%	(51,33%)
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	129.473,68	0,35%			0,00%
PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	128.773,69	0,35%	132.312,42	0,30%	(2,67%)
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			4.396,83	0,01%	(100,00%)
Total	37.012.769,39	100,00%	44.779.912,37	100,00%	(17,35%)

Fonte: Siafi

Nota 26 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Decorre de valores referentes a rateios de despesas de manutenção de espaço cedido para ocupação da Anvisa em outros Órgãos e a restituições do programa de idiomas oferecido aos Servidores da Anvisa.

As provisões são as mesmas citadas na Nota 8 – Provisões a Curto Prazo:

Tabela 32 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

CCon - Título (4)	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	
VPD DE OUTRAS PROVISÕES	2.245.156,66	60,32%			(100,00%)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.475.780,17	39,65%	1.615.096,72	100,00%	(8,63%)
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.196,23	0,03%			(100,00%)
Total	3.722.133,06	100,00%	1.615.096,72	100,00%	130,46%

Fonte: Siafi

Nota 27 - Resultado Patrimonial no Período

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período. Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Para o exercício de 2021, o resultado apurado foi deficitário em R\$ 7,8 milhões. Porém, apresentou uma recuperação em relação ao exercício anterior, considerando o retorno ao patamar médio de arrecadação com multas.

Também houve uma forte variação no item de Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivo, conforme explanado na Nota Explicativa 18: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Tabela 33 – Resultado Patrimonial

Mês Lançamento CCon - Classe (1)	DEZ/2021 Saldo - R\$	DEZ/2020 Saldo - R\$	A.H. 2021/2020
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.361.069.586,19	1.323.049.785,77	2,87%
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.368.850.668,60	1.371.392.718,18	(0,19%)
RESULTADO PATRIMONIAL	-7.781.082,41	-48.342.932,41	(83,90%)

Gráfico 10 – Resultado Patrimonial



Fonte: Siafi

Balanço Orçamentário

Nota 28 – Receitas Orçamentárias

A previsão da receita está demonstrada conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela é elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio dos seus sistemas de projeção próprios, e sua arrecadação se dá por fonte de recursos. Na Anvisa, sua gestão está sob a responsabilidade da UGE-253002 (Matriz), setorial orçamentária do Órgão.

Quanto à origem, a execução orçamentária ocorreu nas seguintes classificações:

Receitas Tributárias: referem-se a Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS), instituída pela Lei nº 9.782, de 26/01/1999;

Receita Patrimonial: Receita oriunda dos rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional.

Receitas de Serviços: são geralmente receitas referentes a cópias reprográficas.

Outras Receitas Correntes: contemplam as **Multas Administrativas** por Auto de Infração Sanitária (AIS), resultantes das ações fiscalizadoras, conforme a Lei nº 6.437, de 20/08/1977. Dentre as Outras Receitas Correntes, tivemos arrecadação provenientes de **Restituições de Convênios** e **Ressarcimentos** por danos aos cofres públicos resultantes de determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), em favor da Anvisa.

Não houve movimentação em Receitas de Capital.

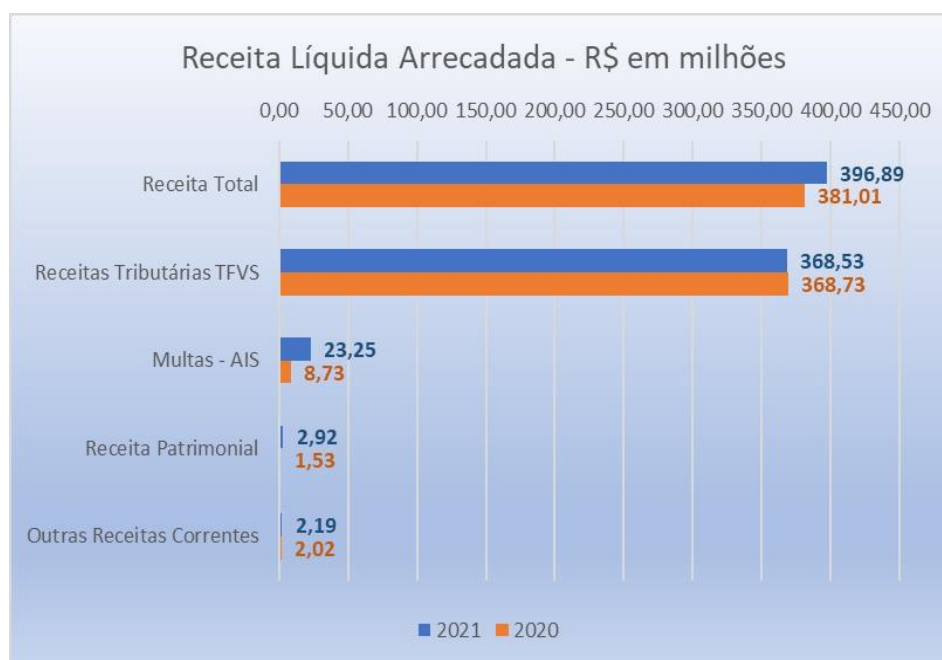
A execução orçamentária da receita ocorreu nas fontes de recursos abaixo descritas:

0174 / 6174 - Taxas e Multas por Poder de Polícia;

0250 / 6250 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados;

0280 / 6280 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados.

Gráfico 11 – Receita Líquida Arrecadada



Fonte: Siafi

No gráfico acima foi incluído o valor das Receitas de Serviço dentro de Outras Receitas Correntes, devido ao seu valor ínfimo, como pode se observar na tabela abaixo.

Quanto a Multas por Auto de Infração Sanitária e Outras, elas estão destacadas no gráfico, mas na tabela elas estão compondo o saldo de Outras Receitas Correntes.

Tabela 34 – Detalhamento da Receita Arrecadada Líquida

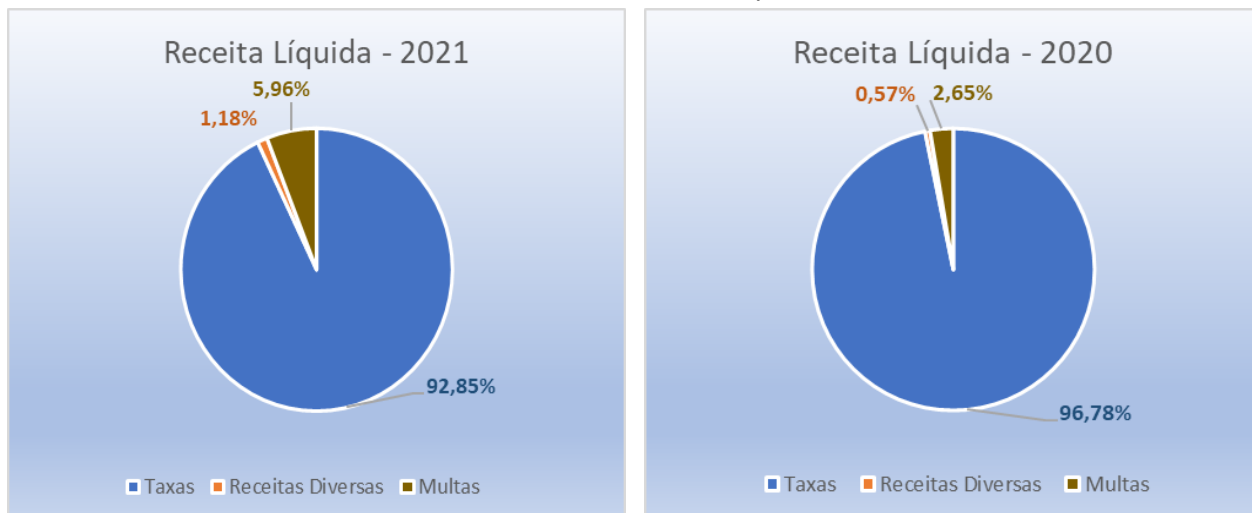
ORIGEM DA DESPESA		Mês	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H
Natureza Receita		Fonte SOF	Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	2021/2020
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA-TFVS							
11210111	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	0174	368.475.436,86	92,84%	368.683.777,35	96,76%	-0,06%
71210111	TX.INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZ.-PRINC.-INTRA	0174	54.120,66	0,01%	46.623,06	0,01%	16,08%
11210112	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZ.-MUL.JUR.	0174	56,41	0,00%			0%
Total			368.529.613,93	92,85%	368.730.400,41	96,78%	-0,05%
RECEITA PATRIMONIAL							
0%							
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	6180	2.918.158,69	0,74%			0%
		6280			1.534.291,45	0,40%	-100,00%
Total			2.918.158,69	0,74%	1.534.291,45	0,40%	90,20%
RECEITA DE SERVICOS							
0%							
16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	6150	224,07	0,00%			0%
		6250			5.305,61	0,00%	-100,00%
Total			224,07	0,00%	5.305,61	0,00%	-95,78%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
0%							
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECÍFICA-PRINC.	0174	22.439.746,55	5,65%	8.718.774,96	2,29%	157,37%
19100113	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECÍFICA-DIV.AT.	0174	1.189.203,24	0,30%	1.374.442,60	0,36%	-13,48%
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	6174	998.066,56	0,25%	9.963,93	0,00%	9916,80%
19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	6150	776.070,55	0,20%			0%
79100111	MULTAS PREVISTAS LEG.ESPECÍFICA-PRINC.-INTRA	0174	32.000,00	0,01%			0%
19100112	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECÍFICA-MUL.JUR	0174	5.411,74	0,00%	8.748,35	0,00%	-38,14%
19100114	MULTAS PREV.EM LEG.ESPECÍFICA-DIV.AT-MUL.JUR.	0174			663,15	0,00%	-100,00%
19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	6250			631.977,28	0,17%	-100,00%
19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	6250			196,53	0,00%	-100,00%
Total			25.440.498,64	6,41%	10.744.766,80	2,82%	136,77%
Total			396.888.495,33	100,00%	381.014.764,27	100,00%	4,17%

Fonte: Siafi

A receita tributária total arrecadada com Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária foi contabilizada no Balanço Orçamentário da Anvisa já está descontada dos 30% referentes à Desvinculação da Receita da União (DRU), diretamente pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal (STN/MF).



Gráfico 12 - Receita Líquida



Fonte: Siafi

Nota 29 – Despesas Orçamentárias

As **Despesas Correntes** representam 99,7% do Total das Despesas Orçamentárias Empenhadas, sendo que 83,53% referem-se a **Pessoal e Encargos Sociais**. Elas são executadas principalmente pelas fontes 74, naturais da arrecadação da Anvisa.

As **Despesas de Capital** Empenhadas representaram 0,28%, do Total das Despesas Orçamentárias Empenhadas. Dentro das despesas de capital, a movimentação ocorreu apenas em investimentos para aquisição de material permanente e compras de licença e desenvolvimento ou manutenção evolutiva de softwares.

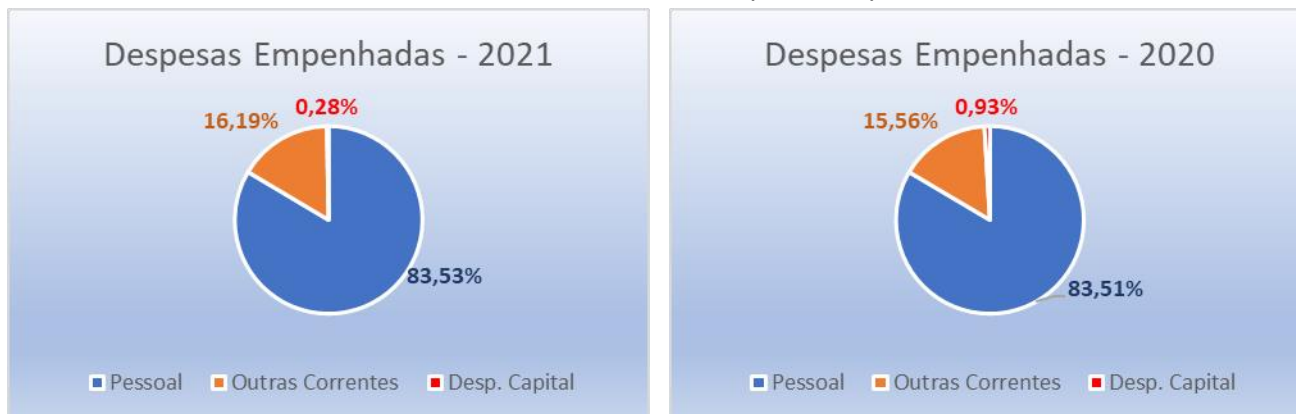
Gráfico 13 – Despesas Empenhadas



Fonte: Siafi



Gráfico – 14 – Detalhamento das Despesas Empenhadas



Fonte: Siafi

Tabela 35 – Detalhamento das Despesas Empenhadas

Mês Lançamento		DEZ/2021		DEZ/2020		A.H
		SALDO - R\$	A.V.	SALDO - R\$	A.V.	2021/2020
GRUPO DE DESPESAS						
PROGRAMA DE GOVERNO						
AÇÃO GOVERNAMENTAL						
FONTE DE RECURSOS						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO					
0181	AÇÃO APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO					
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	62.678.302,24	8,54%			0%
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	39.043.359,00	5,32%	71.436.533,92	9,85%	-45,35%
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	31.485.820,00	4,29%			0%
56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	26.733.386,00	3,64%	47.705.937,63	6,58%	-43,96%
88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	14.505.126,00	1,98%			0%
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	1.084.339,00	0,15%			0%
44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES			51.590.533,59	7,11%	-100,00%
Total		175.530.332,24	23,91%	170.733.005,14	23,53%	2,81%
09HB	AÇÃO CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS...					0,00%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	69.000.000,00	9,40%	58.416.553,00	8,05%	18,12%
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO			9.050.348,00	1,25%	-100,00%
Total		69.000.000,00	9,40%	67.466.901,00	9,30%	2,27%
20TP	AÇÃO ATIVOS CIVIS DA UNIAO					0,00%
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	228.658.438,93	31,15%			0,00%



18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	140.041.107,15	19,08%			0,00%
44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES			136.855,74	0,02%	-100,00%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL			197.956.150,17	27,28%	-100,00%
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.			169.615.217,46	23,38%	-100,00%
Total		368.699.546,08	50,22%	367.708.223,37	50,68%	0,27%
TOTAL DESPESAS DE PESSOAL		613.229.878,32	83,53%	605.908.129,51	83,51%	1,21%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
0032 PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO						
2000 AÇÃO ADMINISTRACAO DA UNIDADE						
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	83.640.674,60	11,39%	81.880.657,99	11,29%	2,15%
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS			4.396,83	0,00%	-100,00%
Total		83.640.674,60	11,39%	81.885.054,82	11,29%	2,14%
2004 AÇÃO ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS						
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	4.487.008,46	0,61%	4.669.013,44	0,64%	-3,90%
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	300.000,00	0,04%			0,00%
Total		4.787.008,46	0,65%	4.669.013,44	0,64%	2,53%
20VF AÇÃO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL						
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	16.000,00	0,00%			0,00%
Total		16.000,00	0,00%			
212B AÇÃO BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS						
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	10.346.809,34	1,41%	10.490.060,38	1,45%	-1,37%
Total		10.346.809,34	1,41%	10.490.060,38	1,45%	-1,37%
216H AÇÃO AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUBLICOS						
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	617.226,48	0,08%	504.752,25	0,07%	22,28%
Total		617.226,48	0,08%	504.752,25	0,07%	22,28%
216R AÇÃO DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INOVACAO, ESTUDOS, PESQUISAS						
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	33.112,50	0,00%			0,00%
Total		33.112,50	0,00%			
4572 AÇÃO CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q						
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	643.989,84	0,09%	539.639,32	0,07%	19,34%
Total		643.989,84	0,09%	539.639,32	0,07%	19,34%
TOTAL COM O PROGRAMA		100.084.821,22	13,63%	98.088.520,21	13,52%	2,04%



0910	PROGRAMA OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E					0,00%
000Q	AÇÃO CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P					0,00%
74	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	173.225,75	0,02%	145.178,00	0,02%	19,32%
TOTAL COM O PROGRAMA		173.225,75	0,02%	145.178,00	0,02%	19,32%
1041	PROGRAMA CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS					0,00%
6925	AÇÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL					0,00%
74	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	33.574,60	0,00%			0,00%
TOTAL COM O PROGRAMA		33.574,60	0,00%			
5023	PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE					0,00%
8719	AÇÃO VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES					0
74	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	18.549.116,24	2,53%	14.627.945,74	2,02%	26,81%
TOTAL COM O PROGRAMA		18.549.116,24	2,53%	14.627.945,74	2,02%	26,81%
TOTAL DESPESAS CORRENTES		118.840.737,81	16,19%	112.861.643,95	15,56%	5,30%
INVESTIMENTOS						
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO					
2000	AÇÃO ADMINISTRACAO DA UNIDADE					
74	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	2.034.946,72	0,28%	6.445.509,23	0,89%	-68,43%
TOTAL COM O PROGRAMA		2.034.946,72	0,28%	6.445.509,23	0,89%	-68,43%
PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE						
8719	AÇÃO VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES					
74	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	2.288,50	0,00%	302.000,00	0,04%	-99,24%
TOTAL COM O PROGRAMA		2.288,50	0,00%	302.000,00	0,04%	-99,24%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		2.037.235,22	0,28%	6.747.509,23	0,93%	-69,81%
TOTAL DESPESAS EMPENHADAS		734.107.851,35	100,00%	725.517.282,69	100,00%	1,18%

Fonte: Siafi

Nota 30 – Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. No período analisado, foi registrado um saldo deficitário de R\$ 337 milhões, em virtude de as receitas oriundas da arrecadação do Órgão não suportarem as despesas inerentes às atividades da autarquia:

Tabela 36 – Resultado Orçamentário

Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2020	2021/2020
ITEM	VALOR	VALOR	A.H
RECEITA ORCAMENTARIA (LIQUIDA)	396.888.495,33	381.014.764,27	4,17%
DESPESAS EMPENHADAS	734.107.851,35	725.517.282,69	1,18%
RESULTADO	(337.219.356,02)	(344.502.518,42)	-2,11%

Gráfico 15 – Resultado Orçamentário



Nota 31 - Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

O conceito de Restos a Pagar está ligado aos Estágios da Despesa Pública, representados pelo Empenho, Liquidação e Pagamento.

O Empenho constitui o primeiro estágio da despesa pública e é de onde se origina o processo de Restos a Pagar. Portanto, sendo emitido o empenho, fica o Estado obrigado ao desembolso financeiro, desde que o fornecedor do material ou prestador dos serviços atenda a todos os requisitos legais de autorização ou habilitação de pagamento.

A tabela abaixo representa o saldo do estoque a pagar ao final do exercício financeiro:



Tabela 37 – Saldo a Pagar de RP

CCon - Subgrupo (3)	Conta Contábil	Mês Lançamento Grupo Despesa	SALDO A PAGAR				2021/2020 A.H.%
			dez/21		dez/20		
			Saldo R\$	A.V.%	Saldo R\$	A.V.%	
	= RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.102.023,05	34,36%	3.642.537,70	38,01%	12,61%
		INVESTIMENTOS	6.974.787,95	58,43%	5.223.944,49	54,51%	33,52%
		Total	11.076.811,00	92,80%	8.866.482,19	92,52%	24,93%
EXECUCAO DE RP NÃO PROCESSADOS	= RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.948,11	0,58%	60.615,76	0,63%	13,75%
		INVESTIMENTOS	767.858,03	6,43%	633.643,56	6,61%	21,18%
		Total	836.806,14	7,01%	694.259,32	7,24%	20,53%
	Total	11.913.617,14	99,81%	9.560.741,51	99,76%	24,61%	
EXECUCAO DE RP PROCESSADOS	= RP PROCESSADOS A PAGAR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.027,43	0,19%	23.027,43	0,24%	0,00%
		Total	23.027,43	0,19%	23.027,43	0,24%	0,00%
		Total	23.027,43	0,19%	23.027,43	0,24%	0,00%
Total			11.936.644,57	100,00%	9.583.768,94	100,00%	24,55%

Balanço Financeiro

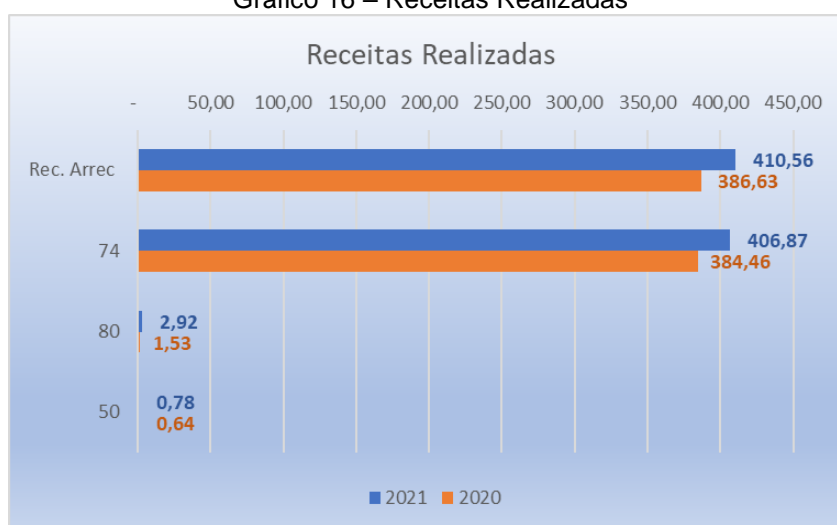
Nota 32 – Receitas Orçamentárias Realizadas

Correspondem às Receitas orçamentárias líquidas, efetivamente recebidas. No âmbito do Balanço Financeiro, estão divididas entre Ordinárias e Vinculadas. As Receitas Ordinárias compreendem as receitas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos. Referem-se à arrecadação ocorrida na fonte 0100 (recursos ordinários). No que tange à Anvisa, não houve receita realizada na fonte 0100 – Ordinárias.

As Receitas Vinculadas abrangem as receitas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A principal arrecadação ocorreu na **fonte 74**, relacionada às Receitas de Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária – TFVS, já ajustada pela DRU:

Gráfico 16 – Receitas Realizadas



Fonte: Siafi

Tabela 38 – Detalhamento da Receita Orçamentária Realizada:

Mês Lançamento: DEZ/2021		DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA					RECEITA LÍQUIDA	
		RECEITA REALIZADA	RESTITUIÇÕES	RETIFICAÇÕES	OUTRAS DEDUÇÕES	TOTAL DAS DEDUÇÕES		
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	RECEITA DE SERVICOS	224,07				224,07	
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	776.070,55				776.070,55	
		Total	776.294,62				776.294,62	
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	378.741.005,88	(10.256.706,14)	(8.688,42)	(118,05)	(10.265.512,61)	378.741.005,88
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIA- INTRA	54.120,66					54.120,66
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.040.508,04	(118.075,91)	(394.963,96)	(2.895.040,08)	(3.408.079,95)	28.040.508,04
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES- INTRA	32.000,00					32.000,00
	Total	406.867.634,58	(10.374.782,05)	(403.652,38)	(2.895.158,13)	(13.673.592,56)	406.867.634,58	
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	2.918.158,69					2.918.158,69
		Total	2.918.158,69					2.918.158,69
Total			410.562.087,89	(10.374.782,05)	(403.652,38)	(2.895.158,13)	(13.673.592,56)	410.562.087,89

Mês Lançamento: DEZ/2020

		DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA						
		RECEITA REALIZADA	RESTITUIÇÕES	RETIFICAÇÕES	OUTRAS DEDUÇÕES	TOTAL DAS DEDUÇÕES	RECEITA LÍQUIDA	
50	REC. PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	RECEITA DE SERVICOS	5.305,61				5.305,61	
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	632.173,81				632.173,81	
		Total	637.479,42				637.479,42	
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	373.590.557,13	(4.905.339,36)	(1.440,25)	(0,17)	(4.906.779,78)	373.590.557,13
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIA- INTRA	46.623,06					46.623,06
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.821.735,61	(1.289,26)	(277.137,24)	(430.716,12)	(709.142,62)	10.821.735,61
		Total	384.458.915,80	(4.906.628,62)	(278.577,49)	(430.716,29)	(5.615.922,40)	384.458.915,80
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	1.534.291,45				1.534.291,45	
		Total	1.534.291,45				1.534.291,45	
Total			386.630.686,67	(4.906.628,62)	(278.577,49)	(430.716,29)	(5.615.922,40)	386.630.686,67

Nota 33 – Recebimentos Extraorçamentários.

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como fianças, cauções, inscrição de restos a pagar, ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, entre outros.

Da Inscrição de Restos a Pagar (RP):

Os valores inscritos em **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** foram aqueles cuja despesa se encontrava apenas empenhada, ou seja, não liquidada integralmente e pendente de pagamento.

Entre o estágio do empenho e da liquidação há uma fase contábil intermediária, na qual o fato gerador da despesa já ocorreu, porém, o processo de liquidação ainda não foi concluído. Esta fase é denominada **“em liquidação”**. De forma mais objetiva, a fase “em liquidação” é toda despesa orçamentária em que o credor, de posse do empenho correspondente:

- forneceu o material, parcial ou totalmente;
- prestou o serviço, parcial ou totalmente; ou
- executou a obra; contudo a entrega do bem, do serviço ou da obra se encontra em fase de análise e conferência.

Os Restos a Pagar não Processados em Liquidação são reconhecidos como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e compõem o resultado patrimonial do exercício.

A fase “em liquidação” permite diferenciar as despesas empenhadas que já têm um **passivo patrimonial correlato, cujos fatos geradores já ocorreram** (empenhos em liquidação), daquelas despesas empenhadas cujos fatos geradores ainda não ocorreram (empenhos a liquidar).

A inscrição de Despesas em Restos a Pagar não Processados em qualquer de suas formas informadas acima foi indicada pelo Ordenador de Despesa de cada Unidade Gestora Executora pertencente ao órgão Anvisa (36212), conforme Art. 68, §1º do Decreto nº 93.872/1986:

Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.654, de 2011\)](#)

§ 1º A inscrição prevista no **caput** como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.

Já os valores em **Restos a Pagar Processados** foram aqueles que estavam apenas pendentes da emissão de Ordem Bancária para Pagamento, ou seja, no momento da sua inscrição em RP, a despesa estava empenhada e liquidada. O Pagamento é o terceiro estágio da despesa pública e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Ao final do exercício de 2021, foi inscrito o montante de R\$ 70,5 milhões em Restos a Pagar, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 39 – Inscrição de Restos a Pagar

Subgrupo	Conta Contábil	Mês Lançamento		dez/21		dez/20		2021/2020
		Grupo Despesa	Saldo R\$	A.V.%	Saldo R\$	A.V.%	A.H.%	
EXECUCAO DE RP PROCESSADOS	= RP PROCESSADOS - INSCRICAO	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.168.426,86	56,92%	37.210.506,83	56,50%	7,95%	
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.389.818,55	1,97%	1.213.927,11	1,84%	14,49%	
		Total	41.558.245,41	58,89%	38.424.433,94	58,35%	8,16%	
	Total		41.558.245,41	58,89%	38.424.433,94	58,35%	8,16%	
EXECUCAO DE RP NA O PROCESSADOS	= RPNP A LIQUIDAR AUTORIZADO	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.551.855,13	37,62%	22.594.209,79	34,31%	17,52%	
		4 INVESTIMENTOS	1.490.603,20	2,11%	4.487.809,61	6,81%	-66,79%	
	= RPNP EM LIQUIDACAO	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	499.667,24	0,71%	279.017,14	0,42%	79,08%	
		Total	28.542.125,57	40,44%	27.361.036,54	41,55%	4,32%	
		Total	29.014.464,67	41,11%	27.429.883,40	41,65%	5,78%	
Total		70.572.710,08	100,00%	65.854.317,34	100,00%	7,16%		

Fonte: Siafi

A inscrição de despesas em Restos a Pagar **não** representa um ingresso efetivo de valores, porém, por força do Art. 103 da Lei 4.320/64, Parágrafo Único, integra o Balanço Financeiro, mas como receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Dos Depósitos Restituíveis

Quanto aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados de R\$ 1,8 milhão, em sua maior parte são os valores alocados na Fonte 90 (passivos financeiros), relativos a Ordens Bancárias (OB) canceladas, devolvidas pelo banco.

Outros Recebimentos

No item Outros Recebimentos Extraorçamentários, Arrecadação de Outra Unidade, o saldo de R\$ 158,4 milhões apresentado é resultado do percentual de 30% de Desvinculação da Receita da União (DRU) sobre a arrecadação da Anvisa e transferido para o Tesouro Nacional

A parametrização dos códigos de GRU, pertinentes à Anvisa com o desconto da DRU, foi ajustada pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme Emenda Constitucional nº 93/2016.

Os valores são identificados pelo detalhamento da fonte 98000

DETALHE: 980000

TITULO : DESVINCULACAO DAS RECEITAS DA UNIAO-FONTE 100

CONTA CONTÁBIL = 899910802: CONTROLE DA ARRECADACAO NA UG ARRECADADORA

Resumo Arrecadação de Outra Unidade

	DEZ/2021	DEZ/2020
DRU	158.426.166,25	158.507.045,97
CMED	1.812.953,04	1.379.226,39
TOTAL	160.239.119,29	159.886.272,36

Fonte: Siafi



Tabela 40 - Arrecadação da Desvinculação de Receita da União – DRU

Natureza Receita	Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
	Fonte SOF	Saldo - R\$	A.V%	Saldo - R\$	A.V%	A.H.%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA						
TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	0100	157.918.042,21	99,68%	158.007.191,77	99,68%	-0,06%
TX.INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZ.-PRINC.-INTRA	0100	23.194,38	0,01%	19.981,13	0,01%	16,08%
RECEITA PATRIMONIAL						
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0100	17.529,97	0,01%	25.844,34	0,02%	-32,17%
OUTRAS RECETAS CORRENTES						
RESTIT.DESP.PRIMARIAS EX.ANTERIORES-PRINC.	0100	260.488,90	0,16%		0,00%	0,00%
OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	0100	168.037,57	0,11%	167.438,95	0,11%	0,36%
OUTROS RESSARCIMENTOS-DIVIDA A TIVA	0100	19.284,54	0,01%	13.750,68	0,01%	40,24%
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	0100	17.636,59	0,01%	57.207,78	0,04%	-69,17%
OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	0100	1.952,09	0,00%	8.576,96	0,01%	-77,24%
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-MUL.JUR	0100		0,00%	2.594,30	0,00%	-100,00%
OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	0100		0,00%	5.153,19	0,00%	-100,00%
REST.DESPESAS EXERC.ANT.FIN.FTE.PRIM.-PRINC.	0100		0,00%	199.306,87	0,13%	-100,00%
TOTAL		158.426.166,25	100,00%	158.507.045,97	100,00%	-0,05%

Fonte: Siafi

O saldo restante, R\$ 1,8 milhão, é referente a multas aplicadas pela Secretaria Executiva da Câmara de Medicamentos - SCMED, onde os recursos são direcionados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Tabela 41 - Arrecadação para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)

Natureza Receita	Mês Lançamento	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
	Fonte SOF	Saldo - R\$	A.V%	Saldo - R\$	A.V%	A.H.%
OUTRAS RECETAS CORRENTES						
MULTAS PREV.LEG.S/DEFESA DIR.DIFUSOS-PRINC.	0174	1.733.459,28	0,31%	1.310.980,02	0,24%	32,23%
MULTAS PREV.LEG.S/DEFESA DIR.DIFUSOS-DIV A TIV	0174	79.493,76	0,01%	68.246,37	0,01%	16,48%
TOTAL		1.812.953,04	0,33%	1.379.226,39	0,25%	31,45%

Fonte: Siafi

Nota 34 – Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias, semelhantes às receitas, estão divididas entre Despesas Ordinárias e Vinculadas.

As **despesas ordinárias** não têm uma destinação específica. São de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. São controladas por meio da Fonte de Recurso 00 Recursos Primários de Livre Aplicação (Fonte 100).

Já as **despesas vinculadas** têm sua aplicação dos recursos definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.



Pela Lei Orçamentária Anual (LOA, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio dos seus sistemas de projeção próprios, ficam autorizadas as fontes de recursos a qual a Anvisa está autorizada a executar a despesa.

No exercício anterior, por fontes de despesas ordinárias, apenas foram autorizadas execução de despesas ordinárias na Função de Governo Saúde no Grupo e Pessoal. Para esse exercício, a autorização foi mais expansiva, justificando o índice de 411,85% em relação ao ano anterior.

Tabela 42 Detalhamento da Formação das Despesas Orçamentárias Líquidas:

Fonte Recursos	Função Governo	Mês Lançamento Grupo Despesa	DEZ/2021		DEZ/2020		A.H. 2021/2020
			Saldo - R\$	A.V.%	Saldo - R\$	A.V.%	
00 RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	04 ADMINISTRACAO	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.112,50	0,07%		0,00%	-100,00%
		Total	33.112,50	0,07%		0,00%	-100,00%
	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.485.820,00	67,97%		0,00%	-100,00%
		Total	31.485.820,00	67,97%		0,00%	-100,00%
	10 SAUDE	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00	0,65%		0,00%	-100,00%
		1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00%	9.050.348,00	100,00%	-100,00%
Total		300.000,00	0,65%	9.050.348,00	100,00%	-96,69%	
Total		31.818.932,50	68,69%	9.050.348,00	100,00%	251,58%	
88 RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.505.126,00	31,31%		0,00%	-100,00%
		Total	14.505.126,00	31,31%		0,00%	-100,00%
	Total		14.505.126,00	31,31%		0,00%	-100,00%
Total		46.324.058,50	100,00%	9.050.348,00	100,00%	411,85%	
DESPESAS ORDINARIAS							
18 RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	10 SAUDE	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.041.107,15	20,36%		0,00%	-100,00%
		Total	140.041.107,15	20,36%		0,00%	-100,00%
Total		140.041.107,15	20,36%		0,00%	-100,00%	
44 TITULOS DE RESPONSA B.DO TN-OUTRAS APLICACOES	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00%	51.590.533,59	7,20%	-100,00%
		Total		0,00%	51.590.533,59	7,20%	-100,00%
	10 SAUDE	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00%	136.855,74	0,02%	-100,00%
		Total		0,00%	136.855,74	0,02%	-100,00%
Total			0,00%	51.727.389,33	7,22%	-100,00%	
50 REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	04 ADMINISTRACAO	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00	0,00%		0,00%	-100,00%
		Total	16.000,00	0,00%		0,00%	-100,00%
Total		16.000,00	0,00%		0,00%	-100,00%	
51 RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.678.302,24	9,11%		0,00%	-100,00%
		Total	62.678.302,24	9,11%		0,00%	-100,00%
	10 SAUDE	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	69.000.000,00	10,03%	256.372.703,17	35,78%	-73,09%
		Total	69.000.000,00	10,03%	256.372.703,17	35,78%	-73,09%
Total		131.678.302,24	19,15%	256.372.703,17	35,78%	-48,64%	
53 REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.084.339,00	0,16%		0,00%	-100,00%
		Total	1.084.339,00	0,16%		0,00%	-100,00%
	10 SAUDE	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.833.817,80	2,16%	15.159.073,82	2,12%	-2,15%
		1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.658.438,93	33,25%		0,00%	-100,00%
Total		243.492.256,73	35,40%	15.159.073,82	2,12%	1506,25%	
Total		244.576.595,73	35,56%	15.159.073,82	2,12%	1513,40%	
56 CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.733.386,00	3,89%	47.705.937,63	6,66%	-43,96%
		Total	26.733.386,00	3,89%	47.705.937,63	6,66%	-43,96%
Total		26.733.386,00	3,89%	47.705.937,63	6,66%	-43,96%	
69 CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	09 PREVIDENCIA SOCIAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.043.359,00	5,68%	71.436.533,92	9,97%	-45,35%
		Total	39.043.359,00	5,68%	71.436.533,92	9,97%	-45,35%
Total		39.043.359,00	5,68%	71.436.533,92	9,97%	-45,35%	
74 TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	28 ENCARGOS ESPECIAIS	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.225,75	0,03%	145.178,00	0,02%	19,32%
		Total	173.225,75	0,03%	145.178,00	0,02%	19,32%
	18 GESTAO AMBIENTAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.574,60	0,00%		0,00%	-100,00%
		Total	33.574,60	0,00%		0,00%	-100,00%
10 SAUDE	4 INVESTIMENTOS		2.037.235,22	0,30%	6.747.509,23	0,94%	-69,81%
		Total					
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		103.451.007,16	15,04%	97.552.995,30	13,62%	6,05%
		1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00%	169.615.217,46	23,67%	-100,00%
Total		105.488.242,38	15,34%	273.915.721,99	38,23%	-61,49%	
Total		105.695.042,73	15,37%	274.060.899,99	38,25%	-61,43%	
80 RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	26 TRANSPORTE	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00%	4.396,83	0,00%	-100,00%
		Total		0,00%	4.396,83	0,00%	-100,00%
Total			0,00%	4.396,83	0,00%	-100,00%	
Total		687.783.792,85	100,00%	716.466.934,69	100,00%	-4,00%	
DESPESAS VINCULADAS							

Fonte: Sfiati

Nota 35 – Transferências Financeiras Concedidas

Tabela 43 - Detalhamento das Transferências Financeiras Concedidas por Fonte

	Mês Lançamento	Fonte Recursos	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
			Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	A.H
RESULTANTES DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA							
REPASSE CONCEDIDO	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	5.866.510,91	0,98%	2.128.363,90	0,36%	175,63%
	Total		5.866.510,91	0,98%	2.128.363,90	0,36%	175,63%
SUB-REPASSE CONCEDIDO	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	2.970.246,05	0,50%	8.151.657,38	1,36%	-63,56%
	Total		2.970.246,05	0,50%	8.151.657,38	1,36%	-63,56%
REPASSE DEVOLVIDO	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO		0,00%	17.967.889,21	3,00%	-100,00%
	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.		0,00%	2.407.958,98	0,40%	-100,00%
	Total		0,00%	20.375.848,19	3,41%	-100,00%	
SUB-REPASSE DEVOLVIDO	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.		0,00%	7.522,26	0,00%	-100,00%
	Total		0,00%	7.522,26	0,00%	-100,00%	
Total			8.836.756,96	1,48%	30.663.391,73	5,13%	-71,18%
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	372.549,76	0,06%	1.021.989,01	0,17%	-63,55%
	Total		372.549,76	0,06%	1.021.989,01	0,17%	-63,55%
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	322.667,90	0,05%	12.527.741,21	2,09%	-97,42%
	74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	165.566,79	0,03%	37.800,00	0,01%	338,01%
	Total		488.234,69	0,08%	12.565.541,21	2,10%	-96,11%
MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	-9	NAO SE APLICA	586.532.627,72	98,37%	553.747.937,84	92,59%	5,92%
	Total		586.532.627,72	98,37%	553.747.937,84	92,59%	5,92%
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS-NSSALDO	-9	NAO SE APLICA		0,00%	37.071,36	0,01%	-100,00%
				0,00%	37.071,36	0,01%	-100,00%
Total			587.393.412,17	98,52%	567.372.539,42	94,87%	3,53%
Total			596.230.169,13	100,00%	598.035.931,15	100,00%	-0,30%

Fonte: Siafi

No Movimento de Saldos Patrimoniais se incluem os registros das transferências da arrecadação da Anvisa para o Tesouro Nacional, tendo em vista que, por ser tributo, compõe o caixa único da União.

Nota 36 – Pagamentos Extraordinários (Execução pelas UGE do Órgão 36212 – Anvisa)

Tabela 44 Pagamentos Extraordinários

Fonte Recursos	Mês Lançamento	Grupo Despesa	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
			Saldo - R\$	A.V. %	Saldo - R\$	A.V. %	A.H. %
RP PROCESSADOS PAGOS							
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.725.091,51	7,11%	-100,00%
44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.948.292,88	21,68%			0
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.144.290,13	12,26%	-100,00%
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.002.443,43	1,68%			0
56	CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	248.561,74	0,42%			0
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.377,42	0,01%			0
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.006.274,79	40,19%	25.301.307,28	38,07%	-5,12%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211.281,44	0,35%	1.631.984,82	2,46%	-87,05%
Total			38.424.231,70	64,33%	39.802.673,74	59,89%	-3,46%
RP NAO PROCESSADOS PAGO							
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.177,30	0,04%			0
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES			16.065,89	0,02%	-100,00%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			327.956,54	0,49%	-100,00%
53	REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	227.481,73	0,38%			0
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.331.333,39	30,69%	19.683.307,94	29,62%	-6,87%
74	TX.MUL.PODER POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	INVESTIMENTOS	2.584.334,15	4,33%	6.625.322,92	9,97%	-60,99%
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.767,10	0,23%			0
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,15	0,00%			0
Total			21.305.193,82	35,67%	26.652.653,29	40,11%	-20,06%
Total			59.729.425,52	100,00%	66.455.327,03	100,00%	-10,12%
90	RECURSOS DIVERSOS	RESTITUIÇÕES	1.251.555,17		923.633,73		35,50%

Fonte: Siafi

Nota 37 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício obtido pelo Balanço Financeiro não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Pelo Balanço Patrimonial, apura-se a Disponibilidade por Destinação de Recursos pelo confronto do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro (tendo os créditos empenhados incluídos).

Já o Balanço Financeiro é o resultado de fluxo de caixa. Em 2021, o resultado apurado no Balanço Financeiro foi superavitário em R\$ 7,6 milhões.



Tabela 45 – Apuração do Resultado Financeiro – Composição – R\$ 1,00

Apuração do Resultado Financeiro	2021	2020	A.H.(2021/2020)
(+) Receitas Orçamentárias	396.888.495,33	381.014.764,27	4,17%
(+) Transferências Financeiras Recebidas	769.403.493,17	748.411.558,25	2,80%
(+) Recebimentos Extraorçamentários	232.644.440,38	226.706.759,25	2,62%
(=) Total dos Ingressos	1.398.936.428,88	1.356.133.081,77	3,16%
(-) Despesas Orçamentárias	734.107.851,35	725.517.282,69	1,18%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	596.230.169,13	598.035.931,15	-0,30%
(-) Despesas Extraorçamentárias	60.980.980,69	67.380.259,75	-9,50%
(=) Total dos Dispendios	1.391.319.001,17	1.390.933.473,59	0,03%
(=) Resultado Financeiro	7.617.427,71	-34.800.391,82	-121,89%

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Nota 38 - Ingressos Orçamentários

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Os Ingressos guardam bastante semelhança com os do Balanço Financeiro e também com o demonstrado na receita realizada no Balanço Orçamentário, o que dispensa demais detalhamentos de sua composição, visto já se encontrarem em Notas Explicativas anteriores.

Nota 39 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas

Neste demonstrativo constam as despesas empenhadas pagas e Restos a Pagar pagos no exercício, com exceção das despesas com investimentos ou empenhadas em modalidade de aplicação diferente da modalidade 90 – Aplicação Direta:



Tabela 45 – Detalhamento de Desembolsos

Função Governo	Grupo Despesa	Mês Lançamento Elemento Despesa	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
			Saldo	A.V.	Saldo	A.V.	A.H.
ADMINISTRACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	49.112,50	0,01%			0,00%
		Total	49.112,50	0,01%			0,00%
	Total		49.112,50	0,01%			0,00%
PREVIDENCIA SOCIAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	160.033.750,65	24,77%	158.593.464,84	24,45%	0,91%
		PENSOES	14.393.308,22	2,23%	11.653.477,63	1,80%	23,51%
		SENTENÇAS JUDICIAIS	64.550,07	0,01%	77.245,68	0,01%	-16,44%
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.172,81	0,00%	73.966,59	0,01%	-68,67%
		Total	174.514.781,75	27,01%	170.398.154,74	26,27%	2,42%
Total		174.514.781,75	27,01%	170.398.154,74	26,27%	2,42%	
SAUDE	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	5.172.519,86	0,80%	5.152.245,92	0,79%	0,39%
		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	358.174.349,36	55,44%	360.205.462,94	55,52%	-0,56%
		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	890.907,20	0,14%	1.070.606,27	0,17%	-16,78%
		SENTENÇAS JUDICIAIS	259.596,89	0,04%	194.048,03	0,03%	33,78%
		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	177.640,80	0,03%	351.650,06	0,05%	-49,48%
		INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	216.565,30	0,03%	320.321,46	0,05%	-32,39%
		RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	962.736,22	0,15%	1.275.756,85	0,20%	-24,54%
		Total	365.854.315,63	56,63%	368.570.091,53	56,81%	-0,74%
		OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.288.117,57	0,20%	1.229.415,47	0,19%	4,77%
		DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.817.496,62	0,28%	2.102.460,63	0,32%	-13,55%
		MATERIAL DE CONSUMO	525.167,27	0,08%	1.055.829,48	0,16%	-50,26%
		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.473.424,77	0,23%	2.051.568,62	0,32%	-28,18%
		SERVICOS DE CONSULTORIA	358.740,87	0,06%	397.210,80	0,06%	-9,69%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.310.743,53	0,36%	1.877.391,94	0,29%	23,08%		
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	25.234.439,13	3,91%	26.939.243,98	4,15%	-6,33%		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	30.920.020,62	4,79%	30.620.225,95	4,72%	0,98%	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	24.768.349,79	3,83%	26.321.558,31	4,06%	-5,90%		
AUXILIO- ALIMENTACAO	8.772.298,67	1,36%	8.965.625,43	1,38%	-2,16%		
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	44.696,18	0,01%	49.004,19	0,01%	-8,79%		
AUXILIO- TRANSPORTE	143.406,17	0,02%	152.103,99	0,02%	-5,72%		
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	663.593,18	0,10%	563.469,96	0,09%	17,77%		
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.104.618,42	1,10%	7.229.582,09	1,11%	-1,73%		
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	191.566,88	0,03%	214.577,57	0,03%	-10,72%		
Total	105.616.679,67	16,35%	109.769.268,41	16,92%	-3,78%		
Total		471.470.995,30	72,98%	478.339.359,94	73,73%	-1,44%	
TRANSPORTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	100,15	0,00%	4.296,68	0,00%	-97,67%
Total		100,15	0,00%	4.296,68	0,00%	-97,67%	
Total		100,15	0,00%	4.296,68	0,00%	-97,67%	
Total		646.034.989,70	100,00%	648.741.811,36	100,00%	-0,42%	

Fonte: Siafi

Nota 40 -Transferências Intergovernamentais Concedidas:

Envolvem as atividades de pagamentos aos Entes por meio de classificação de Modalidade de Aplicação diversa da MA 90:

Tabela 46 – Detalhamento Transferências Concedida

Função Governo	Modalidade Aplicação	Mês Lançamento	Grupo Despesa	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020	
				VALOR	A.V.	VALOR	A.V.	A.H.	
ENCARGOS ESPECIAIS	50	TRANSFERENCIA INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.225,75	0,23%	145.178,00	0,21%	19,32%
			Total		173.225,75	0,23%	145.178,00	0,21%	19,32%
SAUDE	91	APLICACOES DIRETAS - OPERACOES INTERNAS	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	69.565.138,07	93,79%	67.949.004,73	99,19%	2,38%
			3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.180,29	0,16%	80.372,64	0,12%	52,02%
			Total		69.687.318,36	93,95%	68.029.377,37	99,30%	2,44%
	80	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.312.571,66	5,81%	332.295,58	0,49%	1197,81%
Total			Total	4.312.571,66	5,81%	332.295,58	0,49%	1197,81%	
Total				74.173.115,77	100,00%	68.506.850,95	100,00%	8,27%	

Nota 41. Atividades de Investimentos

Neste demonstrativo constam as despesas empenhadas pagas e Restos a Pagar pagos no exercício com investimentos.

Tabela 47 – Detalhamento Desembolso com Investimentos

Elemento Despesa	Mês Lançamento	Natureza Despesa Detalhada	DEZ/2021		DEZ/2020		2021/2020
			Saldo - R\$	A.V.	Saldo - R\$	A.V.	A.V.
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			492.234,15	5,55%	-100,00%
	Total				492.234,15	5,55%	#####
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	2.223.315,00	72,74%	2.163.332,00	24,39%	2,77%
		MOBILIARIO EM GERAL	142.642,83	4,67%	5.542,47	0,06%	2473,63%
		EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	59.700,00	1,95%			0,00%
		MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	22.230,00	0,73%			0,00%
		PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	21.211,19	0,69%	68.873,55	0,78%	-69,20%
		APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	5.829,16	0,19%			0,00%
		APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT.LABOR.HOSPIT.	1.820,00	0,06%			0,00%
		APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	720,00	0,02%	98.001,44	1,10%	-99,27%
		COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS			50.344,38	0,57%	-100,00%
		MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS			21.603,99	0,24%	-100,00%
		EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE			1.990.000,00	22,44%	-100,00%
		VEICULOS DE TRACAO MECANICA			302.000,00	3,40%	-100,00%
		EQUIP. E MAT. PERMANENTE - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00%	0,00%
		OUTROS MATERIAIS PERMANENTES			1.335,00	0,02%	-100,00%
Total			2.477.468,18	81,06%	4.701.032,83	53,00%	-47,30%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ		DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	442.343,14	14,47%	3.676.363,09	41,45%	-87,97%
		AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	136.650,00	4,47%			0,00%
	Total		578.993,14	18,94%	3.676.363,09	41,45%	-84,25%
Total			3.056.461,32	100,00%	8.869.630,07	100,00%	-65,54%

Questões de despesas com investimentos dependem de dotação orçamentária autorizada e conveniência de execução pela Anvisa. Verifica-se menor aquisição de bens móveis e no que se aplica aos intangíveis, diminuição expressiva de desenvolvimento de software.

Nota 42 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Não há movimento considerando que a Anvisa não tem autorização para as atividades de financiamento, visto que cabe ao Ministério da Economia as operações de crédito de responsabilidade, do Tesouro Nacional.